



UFPB
CAMPUS IV
Rio Tinto e Mamanguape



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA**

AMANDA GIORIATTI LUNKES

**EDUCANDO MULHERES PARA EDUCAR CRIANÇAS: ENSAIO ETNOGRÁFICO
SOBRE O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ EM RIO TINTO/PB**

**RIO TINTO
2023**

AMANDA GIORIATTI LUNKES

**EDUCANDO MULHERES PARA EDUCAR CRIANÇAS: ENSAIO ETNOGRÁFICO
SOBRE O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ EM RIO TINTO/PB**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Antropologia do Centro de Ciências Aplicadas e Educação da Universidade Federal da Paraíba, Campus IV, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Antropologia com habilitação em Antropologia Social.

Orientador: Pedro Francisco Guedes do Nascimento

Rio Tinto

2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

L963e Lunkes, Amanda Gioriatti.

Educando mulheres para educar crianças: ensaio etnográfico sobre o Programa Criança Feliz em Rio Tinto/PB / Amanda Gioriatti Lunkes. - Rio Tinto, 2023. 49 f.

Orientação: Pedro Francisco Guedes do Nascimento. TCC (Bacharelado em Antropologia) - UFPB/CCAE.

1. Programa Criança Feliz. 2. Família. 3. Infância. 4. Tecnologias de Governo. 5. Educação. 6. Relações familiares. I. Guedes do Nascimento, Pedro Francisco. II. Título.

UFPB/CCAE

CDU 37:39

AMANDA GIORIATTI LUNKES

**EDUCANDO MULHERES PARA EDUCAR CRIANÇAS: ENSAIO
ETNOGRÁFICO SOBRE O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ EM RIO TINTO/PB**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Antropologia do Centro de Ciências Aplicadas e Educação da Universidade Federal da Paraíba, Campus IV, como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Antropologia com habilitação em Antropologia Social.

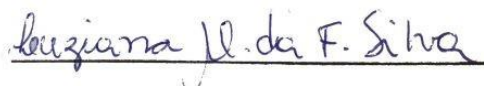
Orientador: Pedro Francisco Guedes do Nascimento

Aprovada em: 16/06/2013.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 PEDRO FRANCISCO GUEDES DO NASCIMENTO
Data: 27/06/2023 11:56:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Pedro Francisco Guedes do
Nascimento Universidade Federal da Paraíba
(UFPB)



Prof^a. Dra. Luziana Marques da Fonseca Silva
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)



Prof^a. Dra. Marcia Reis Longhi
Universidade Federal da Paraíba
(UFPB)

RESUMO

Este ensaio apresenta os resultados de uma pesquisa etnográfica desenvolvida em Rio Tinto/PB entre 2018 e 2020. Nosso objetivo é compreender como pressupostos sobre família e infância se articulam com certas moralidades a respeito das “mulheres”, das “crianças” e dos “pobres” na formulação e execução do Programa Criança Feliz. Este programa social está sob responsabilidade da pasta da assistência social no governo federal, enquanto no município é articulado pela Secretaria do Trabalho e Ação Social (STAS). Utilizamos como material empírico o Guia para Visita Domiciliar, a legislação que rege o programa e os dados etnográficos construídos a partir do acompanhamento das ações da equipe técnica do PCF - visitadoras e supervisora - junto às famílias “usuárias” que são atendidas. A partir do material analisado e da experiência em campo, compreendemos o Criança Feliz como uma tecnologia de governo que reforça o estigma associado aos pobres como sujeitos negligentes e propaga uma maternidade específica a ser exercida pelas mulheres mães. A infância da criança “pobre” é *a priori* entendida pelo programa como infeliz, devendo-se, portanto, educar as mulheres para que eduquem as crianças e estas possam, no futuro, tirar a si e a sua família da pobreza.

Palavras-chave: Programa Criança Feliz. Família. Infância. Tecnologias de governo.

ABSTRACT

This essay presents the results of an ethnographic research developed in Rio Tinto/PB between 2018 and 2020. Our goal is to understand how assumptions about family and childhood are articulated with certain moralities regarding "women," "children," and the "poor" in the formulation and implementation of the Criança Feliz Program. This social program is under the responsibility of the social assistance portfolio of the federal government, while in the municipality it is articulated by the Secretariat of Labor and Social Action (STAS). We used as empirical material the Guide for Home Visitation, the legislation that governs the program and the ethnographic data built from the monitoring of the actions of the PCF technical team - visitors and supervisor - with the "user" families that are assisted. Based on the material analyzed and the field experience, we understand Criança Feliz as a government technology that reinforces the stigma associated with the poor as neglectful subjects and propagates a specific maternity to be exercised by women mothers. The childhood of the "poor" child is a priori understood by the program as unhappy, and women must, therefore, be educated so that they can educate their children and, in the future, lift themselves and their families out of poverty.

Key-words: Criança Feliz Program. Family. Childhood. Technologies of government.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PCF	Programa Criança Feliz
STAS	Secretaria do Trabalho e Ação Social
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais
PBF	Programa Bolsa Família
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
CCI	Centro de Convivência do Idoso
PIM	Programa Primeira Infância Melhor
CF 88	Constituição Federal de 1988
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
UNICEF	Nações Unidas para a Infância
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
FPPI	Frente Parlamentar da Primeira Infância
ECD	Early Childhood Development
MLPI	Marco Legal da Primeira Infância
CDC	Cuidados para o Desenvolvimento da Criança
CTRT	Companhia de Tecidos Rio Tinto
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Alcool
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
SNPDH	Secretaria Nacional de Promoção ao Desenvolvimento Humano
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
IAB	Instituto Alfa e Beto
EVA	Etileno Acetato de Vinila
NIS	Número de identificação Social
CNM	Conselho Nacional dos Municípios
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
LOA	Lei Orçamentária Anual

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	7
2 BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS.....	9
3 EDUCANDO MULHERES PARA EDUCAR CRIANÇAS: A FAMÍLIA POBRE COMO AGENDA DE ESTADO.....	13
4 RIO TINTO: UMA CIDADE OUTRORA FABRIL.....	18
5 PROGRAMA CRIANÇA FELIZ: LANÇAMENTO E LEGISLAÇÃO.....	20
6 A EXPERIÊNCIA LOCAL: CRIANÇA FELIZ EM RIO TINTO/PB.....	24
6.1 Primeiro encontro com a equipe técnica do Criança Feliz.....	24
6.2 Composição da equipe e condições de trabalho das visitadoras.....	26
6.3 Dinâmica das visitas domiciliares.....	29
6.4 Algumas considerações.....	33
7 RELAÇÕES EM CONFLITO E A FINALIZAÇÃO DO CAMPO.....	35
8 UM PROGRAMA INOVADOR? CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS.....	41

1 INTRODUÇÃO

Este ensaio etnográfico é resultado de uma pesquisa desenvolvida entre julho de 2018 e junho de 2020 em Rio Tinto/PB, a partir de projeto financiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq). Busquei me debruçar neste texto sobre o Programa Criança Feliz (PCF), um programa de educação “alternativa” com foco em gestantes, crianças de 0 a 6 anos e suas famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). O PCF despertou o interesse de nossa equipe, à época composta por mim e Pedro Nascimento, por apresentar alguns pontos de continuidade com o Programa Bolsa Família¹ (PBF), que havia sido tema de pesquisa de projetos anteriores coordenados por ele. Nos chamaram a atenção especialmente o papel central das agentes de saúde para a localização das famílias elegíveis para o PCF, as moralidades que orientavam as ações de ambos os programas e o fato de o Criança Feliz ser focalizado, inicialmente, em famílias beneficiárias do Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Neste ensaio, o objetivo principal é compreender como pressupostos sobre família e infância se articulam com certas moralidades a respeito das “mulheres”, das “crianças” e dos “pobres” na formulação e execução de um programa social de educação alternativa, o Criança Feliz.

Entende-se aqui que o Estado e as práticas de poder cotidianas que o produzem são perpassadas por moralidades e racionalidades que (re)produzem desigualdades estruturadas em termos de classe, raça e gênero (HIRATA, 2014; FONSECA, SCALCO, 2015; CASTILHO, LIMA, TEIXEIRA, 2014), fazendo uso da ciência, como conhecimento consagrado, para legitimar suas ações (FONSECA, ETC).

Uma etnografia acerca do entrecruzamento dessas questões permite que se analise como certos estereótipos e estigmas a respeito de recortes específicos da população são atualizados e (re)produzidos a partir de práticas cotidianas dos agentes do Estado que colocam em ação as políticas públicas e programas sociais. Moralidades que colocam o pobre como aquele que “não se cuida” (NASCIMENTO, MELO, 2014), que reforçam a vinculação entre mulher e maternidade e o seu papel como única responsável pelo cuidado das crianças (NASCIMENTO, ANO; KLEIN, 2010; MEYER, 2005; DAL’IGNA; KLEIN; MEYER, 2014) e um entendimento hegemônico de família (FONSECA, 2005, SCOTT, 2011) são acionadas no dia-a-dia das visitas domiciliares do Criança Feliz e foram identificadas em pesquisas sobre outras políticas e programas sociais. Isso aponta para uma certa regularidade

¹ Para um debate mais aprofundado sobre a relação entre o Programa Bolsa Família e o Programa Criança Feliz, consultar Nascimento e Lunkes (2019, 2022). Sobre condicionalidades do Bolsa Família e seus usos locais pela rede de saúde municipal de Rio Tinto, ver Nascimento e Lima (2018).

desse tipo de atuação do Estado em relação aos usuários de seus programas. Concordamos com as autoras Castilho, Lima e Teixeira que:

Se as políticas públicas são um “local” excelente para se partir ao estudo dos fenômenos estatais, as práticas de poder cotidianas em que são postas em prática, e muitas vezes apagadas no curso do tempo, são ângulos de análise privilegiados. Se consideramos o Estado como feixes de processos em permanente (trans)formação, é no estudo dessas práticas (mas não só) que a Antropologia pode aportar contribuições significativas. (2014, p. 22)

Para melhor organizar meu argumento, estruturei o texto em sete partes, além desta introdução. Primeiramente apresento as bases teóricas e metodológicas que darão suporte à análise que busco empreender. Depois discorro sobre como a família pobre se torna agenda de Estado e como a ciência é utilizada para dar centralidade ao cuidado materno como fundamental ao desenvolvimento infantil. Faço após isso uma breve caracterização do município de Rio Tinto. O próximo tópico será composto pela exposição do PCF de acordo com a legislação que o orienta, seguido pelo Criança Feliz no contexto de Rio Tinto, onde trago os dados etnográficos produzidos em campo. Em seguida discuto algumas questões éticas que surgiram em campo e, por último, apresento as considerações finais que farão um apanhado geral da análise.

2 BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Tomamos como referência metodológica o entendimento de Geertz sobre a prática etnográfica, que a define como a representação de um esforço intelectual para a elaboração de uma descrição densa, interpretativa e microscópica, que resultará na análise antropológica (2008, p. 31). Seguindo esta abordagem, a observação participante foi tomada como base para o trabalho de campo. Visto que os discursos sociais (todo ato, manifestação ou fala) só podem ser compreendidos dentro do contexto da ação, a convivência com as interlocutoras se fez fundamental para interpretá-los (GEERTZ, 2008, p. 15-31).

Durante o trabalho de campo², realizado entre fevereiro e maio de 2019, acompanhamos de forma sistemática parte da equipe técnica municipal do Programa Criança Feliz durante a realização de visitas domiciliares. O contato com essa equipe foi possibilitado após diálogo com profissionais da Secretaria do Trabalho e Ação Social (STAS) e do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) da cidade, que nos concederam o número de telefone da supervisora do programa. Dos 14 encontros que tivemos com a equipe, 6 foram com a supervisora e as visitadoras que compõem a equipe técnica do PCF, e 8 foram de acompanhamento do trabalho das visitadoras em campo, nas visitas junto às famílias, totalizando a participação em 23 visitas.

Os encontros com as interlocutoras eram agendados previamente via aplicativo de mensagens ou por ligação telefônica, buscando encontrar um dia e um horário que melhor se encaixasse nas agendas de trabalho. Isso acontecia tanto por iniciativa minha ou de Pedro, quanto da parte das visitadoras e da supervisora, que nos contatavam para avisar sobre os horários em que estariam em campo³, nos convidando a participar. Definíamos então um ponto de encontro para nos juntar à equipe e de lá partíamos, na maioria das vezes, no carro da equipe, disponibilizado pela prefeitura e conduzido por um motorista, ou no carro de Pedro.

As interlocutoras mais frequentes no decorrer da pesquisa foram a supervisora, 2 visitadoras que trabalhavam no PCF desde a sua implementação no município, em 2017, e 3 visitadoras que integraram a equipe no começo de 2019 e estavam ainda em processo formativo. Tivemos encontros pontuais com profissionais da rede de assistência social da cidade que trabalhavam na STAS e no CRAS. Optamos por resguardar o anonimato de todas as pessoas que colaboraram com a nossa pesquisa utilizando nomes fictícios, a fim de não

² Durante nossos primeiros encontros com a equipe técnica, o trabalho de campo foi realizado em dupla com Pedro Nascimento. Após esse momento inicial, estive sozinha com a equipe.

³ As visitadoras dizem estar “em campo” quando estão trabalhando nos bairros e localidades para visitar as famílias.

expô-las a nenhum desconforto. Cabe destacar que todas as profissionais foram exoneradas de seus cargos após o então prefeito, Fernando Naia (Cidadania), perder a eleição de 2020 para Magna Gerbasi (PP).

Após cada ida a campo, quando esta acontecia em dupla, escrevíamos os diários de campo individualmente e depois compartilhávamos um com o outro, no intuito de aproveitar ao máximo essa ferramenta de pesquisa para traçar com maior precisão os caminhos percorridos, os diálogos e os momentos vivenciados. Nesse período, algumas vezes escrevemos coletivamente o diário, utilizando a ferramenta de edição de texto do *Google Drive*, o *docs*. Esses diários serviram, mais tarde, para introduzir à pesquisa novos bolsistas. A inspiração para essa forma de produção coletiva foi a experiência de Fleischer (2018) com a produção de diário de campo e posterior circulação entre as integrantes de sua equipe em uma pesquisa com “mães de micro”. Para ela, “Circular esse material dentro da equipe funciona como um importante passo metodológico e pedagógico e permite criar um corpus empírico que pode ser (re)utilizado por essa e também equipes futuras” (Fleischer, 2018, p. 128).

Nos aproximamos de uma etnografia do Estado, no sentido de um Estado em ação, entendido como “como feixes de processos em permanente (trans)formação” (CASTILHO, LIMA, TEIXEIRA, 2014, p. 22) que são “capazes de catalisar e obscurecer a produção das assimetrias e das desigualdades duráveis, maximizando-as em nome [da] democracia, do bem-estar coletivo, da equidade etc.” (LIMA, MACEDO E CASTRO, 2015, p. 03). A crença na “objetividade”, “racionalidade” e “neutralidade” deste Estado se mescla às moralidades, aos afetos e às negociações nas experiências cotidianas entre funcionários e usuários (FONSECA, SCALCO, 2015).

Consideramos os modos de governo do Estado a partir da noção de governamentalidade de Foucault, definida como um “conjunto constituído de instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas” (FOUCAULT, 1979, p. 291-292). O desenvolvimento desse tipo específico de poder é concomitante à construção de um saber, de uma ciência do governo, que opera sobre um novo problema, a população, dentro da qual a família é um segmento privilegiado de intervenção e de governo “na medida em que, quando se quiser obter alguma coisa da população - quanto aos comportamentos sociais, à demografia, ao consumo, etc. - é pela família que se deverá passar.” (FOUCAULT, 1979, p. 289).

O autor analisa como a racionalidade neoliberal é incorporada por uma governamentalidade que para além de disciplinar e controlar, subjetiva o indivíduo para que ele se reconheça enquanto “empresário de si mesmo” (FOUCAULT, 2008). Esse “*homo oeconomicus* neoliberal” dependerá de investimentos em capital humano, este composto por

elementos inatos (de ordem genética) e outros adquiridos a partir do investimento em competências constituídas

pelo tempo que os pais consagram aos filhos fora das simples atividades educacionais propriamente ditas [...] o tempo de criação, o simples tempo de afeto consagrado pelos pais a seus filhos [...]. Tempo passado, cuidados proporcionais, o nível de cultura dos pais também [...] o conjunto dos estímulos culturais recebidos por uma criança [...]. (FOUCAULT, 2008, p. 315-316)

Claudia Fonseca e Helena Machado (2015), inspiradas em Foucault, atualizam a noção de governamentalidade, cruzando política e tecnologia, a partir do que chamam de tecnologias de governo. Para as autoras

Falar de tecnologias de governo implica, na nossa ótica, entranhar a constituição do sujeito na própria formação do Estado. Tecnologias de governo são, assim, [...] formas de intervenção orquestradas através de um agregado de forças (legais, profissionais, administrativas, orçamentárias), técnicas de implementação (capacitação, execução, avaliação) e conhecimentos autorizados cunhados para regular as decisões e práticas de indivíduos, grupos e organizações conforme determinados critérios. (p. 13)

Procuramos refletir sobre o PCF como uma tecnologia de governo, considerando suas “ramificações [...] em termos da compreensão global do que é a infância, a maternidade, e o lugar do cuidado para o desenvolvimento infantil, por meio do entendimento de que o “estímulo à criança”, promovendo o “vínculo familiar”, permite um “futuro melhor” para as crianças e suas famílias.” (NASCIMENTO, LUNKES, 2022)

Considera-se que os entendimentos de programas alternativos para a educação infantil, como o Criança Feliz, fazem parte de uma racionalidade política que coloca em foco o “governo de si” e a “autoajuda” como principal medida para combater as desigualdades (FONSECA, 2012, p. 260). Para Fonseca, a ciência, como conhecimento consagrado, é cada vez mais convocada a orientar programas de intervenção sobre “problemas sociais” definidos pela ordem política, mas também a demonstrar a eficácia das políticas em curso, muitas vezes a partir de resultados científicos controversos nos quais as moralidades maternas têm um papel central (FONSECA, 2012, p. 254).

Nesta esteira, é propagado um modelo de criança universal, determinado pelo pertencimento a uma faixa etária e por um desenvolvimento que é medido por tabelas e critérios específicos, deslocados dos significados que ela pode adquirir em diferentes contextos culturais, sociais e políticos. A infância da criança empobrecida, podemos supor nas entrelinhas do próprio nome do programa, é entendida como uma infância infeliz a quem se pode levar a “felicidade” não por meio investimentos públicos na ampliação de equipamentos que permitam o acesso a direitos básicos, mas por meio de uma metodologia pautada na “orientação” e “apoio” de seus pais para um cuidado adequado.

Apesar de os documentos analisados privilegiarem o uso das palavras

“pais/cuidadores”⁴, como forma de ampliar o espectro de possíveis responsáveis pelo cuidado com as crianças, na prática o “vínculo familiar” que é “estimulado” durante as visitas domiciliares se reduz à relação mãe+bebê. Carin Klein ao analisar o programa que inspirou o PCF, o Primeira Infância Melhor (PIM), chegou a essa mesma conclusão (2010). Isso além de desconsiderar redes de apoio mais amplas, comuns a dinâmicas familiares de classes populares (FONSECA, 2005; FONSECA, 2009), responsabiliza a família, mais especificamente a mulher, pelas suas próprias necessidades e desproteções sociais (ARCOVERDE, ALCÂNTARA, BEZERRA, 2019; SPOSATI, 2017; FONSECA, 2012)

Compreendemos, portanto, que um programa como o Criança Feliz contribui para (re)produzir desigualdades que afetam o público ao qual se destina a partir de recortes de gênero, classe e raça (HIRATA, 2014, e (re)produz representações e identidades de gênero imbricadas em moralidades que produzem uma maternidade específica a ser exercida pelas mulheres mães, processo que pode ser entendido como politização da maternidade (MEYER, 2005; DAL’IGNA; KLEIN; MEYER, 2014) ou educação para a maternidade (KLEIN, 2010).

⁴ Na definição oferecida pelo Guia de Visita Domiciliar, o cuidador “é uma pessoa importante na vida da criança - aquela que alimenta, protege, dá afeto, se comunica e atende às suas necessidades, tais como mãe, pai, avó, tio e outros cuidadores.” (BRASIL, 2017, p. 33)

3 EDUCANDO MULHERES PARA EDUCAR CRIANÇAS: A FAMÍLIA POBRE COMO AGENDA DE ESTADO

A preocupação das classes dirigentes deste país com o suposto perigo que os pobres oferecem não é uma ideia nova. No mesmo ano da abolição da escravidão (1888), a Câmara dos Deputados do Império do Brasil rapidamente redigiu uma lei de repressão à ociosidade, visto que para eles, o apreço pelo trabalho seria “a principal virtude do bom cidadão” (CHALHOUB, 1996, p. 22). Entretanto

As classes pobres não passaram a ser vistas como classes perigosas apenas porque poderiam oferecer problemas para a organização do trabalho e a manutenção da ordem pública. Os pobres ofereciam também perigo de contágio. Por um lado, o próprio perigo social representado pelos pobres aparecia no imaginário político brasileiro de fins do século XIX através da metáfora da doença contagiosa: as classes perigosas continuariam a se reproduzir enquanto as crianças pobres permanecessem expostas aos vícios de seus pais. Assim, na própria discussão sobre repressão à ociosidade, que temos citado, a estratégia de combate ao problema é geralmente apresentada como consistindo em duas etapas: **mais imediatamente, cabia reprimir os supostos hábitos de não-trabalho dos adultos; a mais longo prazo, era necessário cuidar da educação dos menores.** (CHALHOUB, 1996, p.29, grifo meu)

Somada a essa questão moral, as epidemias de febre amarela e cólera chamaram a atenção da Corte para os cortiços, habitações ocupadas por classes populares, e os pobres passaram a ser vistos também como um perigo de contágio por seus “hábitos” de moradia (CHALHOUB, 1996, p. 29). É na junção desses dois pensamentos que Chalhoub identifica a formação da ideologia higienista, que propunha que para caminhar em direção à “civilização”, decisões “neutras”, “técnicas”, acima de qualquer interesse particular e político, deveriam nortear as políticas públicas que fariam a gestão dos problemas urbanos e sociais da época (1996, p. 30-35).

Será no movimento médico higienista do século XIX, mais especificamente na iniciativa de Arthur Moncorvo Filho, que criou em 1880, no Rio de Janeiro, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância, que Aldaíza Sposati irá localizar o germe do “inovador” Programa Criança Feliz (SPOSATI, 2017). O instituto era uma “organização caritativa que realizava campanhas de assistência e educação e se preocupava em “ensinar mães a serem mães melhores, segundo os padrões de higiene e cuidados” (GOMES, 2008, p.40).” (SPOSATI, 2017, p. 527).

Mais tarde, em 1942, foi criada pela primeira-dama Darcy Vargas a Legião Brasileira de Assistência (LBA), órgão assistencial público criado sob a justificativa de dar suporte às famílias de soldados enviados à Segunda Guerra Mundial, e “que mantinha clubes de mães onde as ensinava a cuidar dos recém-nascidos” (SPOSATI, 2017). De acordo com a autora, a

LBA foi subordinada ao Departamento Nacional da Criança do Ministério da Saúde de 1942 a 1967.

De modo geral, a proteção social para a classe trabalhadora do século XX será composta por políticas sociais fragmentadas, filantrópicas e caritativas, sem garantia na Constituição e, portanto, sem se configurar como direitos (COHN, 2020, p. 131). Somente a partir da Constituição Federal de 1988 (CF 88) algumas conquistas sociais serão garantidas pela lei e entre elas a formação do tripé da seguridade social descrito no artigo 194: “A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos **à saúde, à previdência e à assistência social.**” (BRASIL, 1988, grifo meu). A CF 88 também reconheceu, por meio do artigo 227⁵, as crianças e os adolescentes como *sujeitos de direitos* e adotou a doutrina de proteção integral e prioritária desses sujeitos por parte da família, da sociedade e do Estado.

Logo em seguida, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, é promulgado e apresentado como uma regulamentação do artigo 227, tomando como ponto de partida duas propostas: garantir que crianças e adolescentes sejam tratados como sujeitos de direitos, e não mais como objetos de intervenção da família e do Estado, e desenvolver uma nova política de atendimento a esse público a partir descentralização político-administrativa e da participação da sociedade civil (NETTO, 2020, p. IV).

Claudia Fonseca nos aponta que será também nos anos 1990, na esteira das políticas de austeridade neoliberais, que “a retórica sobre a centralidade de cuidados maternos passou a ser generalizada”⁶ (FONSECA, 2012, p. 260). Partindo principalmente de especialistas das áreas médicas e econômicas com cargos políticos e atuação no serviço público, surgem propostas de programas alternativos que buscam, a partir de soluções simples como o carinho materno, atender crianças de até 6 anos que não possuem acesso à educação formal (FONSECA, 2012, 255-256).

É importante destacar que essa tendência para programas alternativos de educação infantil, e também de transferência condicionada de renda, ultrapassa fronteiras nacionais e conta com apoio e financiamento de diversas organizações, como UNICEF, UNESCO e Banco Mundial, proliferando-se por diversos países, como Canadá, Chile, Colômbia, Peru,

⁵ “Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)” (BRASIL, 1988).

⁶ Saliento que a autora foca em seu artigo nos debates dos últimos 15 anos antes da publicação do texto, sem desconsiderar que o coletivo de pensamento que coloca o cuidado materno como central para o desenvolvimento da criança tem raízes muito mais profundas, que remetem às discussões do início do século XX nos Congressos Pan-americanos da criança (FONSECA, 2012, p. 257).

México e Cuba, o que “ilustra claramente a dinâmica globalizada dessa “tecnologia de governo” (FONSECA, 2012, p. 256).

O Dr Fraser Mustard, que já esteve em um evento do Programa Primeira Infância Melhor (PIM) em 2008, é apontado pela autora como um dos notórios entusiastas de programas alternativos de educação infantil. Junto com Margaret McCain, redigiu em 1999 um relatório intitulado *The Early Years Study*, endereçado ao governador de Ontário/CA, com o objetivo de “trazer as contribuições recentes das neurociências para demonstrar a importância de cuidados adequados nos primeiros três anos de vida.” (2012, p. 260).

Conforme essa linha de raciocínio, conhecida pela sigla ECD (Early Childhood Development), existem “períodos críticos” no desenvolvimento cerebral em que as “janelas” para a aprendizagem se abrem, e, se não forem bem aproveitadas, o desenvolvimento da criança será irremediavelmente prejudicado: “Os efeitos das primeiras experiências de vida, especialmente as dos primeiros três anos, na arquitetura (wiring and sculpture) dos milhões de neurônios do cérebro é para toda a vida” (1999: 7).[...] No relatório, não existem orientações pedagógicas precisas e, sim, exortações gerais a contar histórias e brincar com os bebês. Os próprios autores afirmam que as novas evidências que levantam parecem mais “uma celebração daquilo que as boas “práticas maternas” vêm fazendo há séculos” (1999: 6). (FONSECA, 2012, p. 260-261)

Fonseca aponta que uma política baseada na ECD foi implementada em Ontário em 2000 e avaliada pelos próprios Mustard e McCain em 2002, que concluíram que o projeto não alcançou os objetivos a que se propunha, entretanto, a autocrítica foi deixada de lado pelos autores e Mustard mais tarde voltaria a reiterar a importância das boas práticas maternas e do ambiente familiar em seus textos (2012, p. 262). O relatório original ganhou cada vez mais popularidade, com apoio de OCDE, UNICEF, UNESCO e países anglo-saxões como Reino Unido, Estados Unidos e Canadá, e os programas de educação infantil baseados em aconselhamento de famílias pobres, fora do sistema regular de ensino, se proliferaram pelo mundo, mesmo após pesquisadores das neurociências apontarem em manifesto, publicado em 2007, que as pesquisas na área ainda não eram suficientes para embasar políticas públicas do tipo (FONSECA, 2012, p. 262-263).

No Brasil, o primeiro programa de educação alternativo voltado para a primeira infância foi o Primeira Infância Melhor (PIM), apresentado como “uma política pública intersetorial de promoção do desenvolvimento integral na primeira infância” (O QUE..., [200-?]). Foi lançado no Rio Grande do Sul, em 2003, enquanto Osmar Terra⁷ era secretário

⁷ Osmar Gasparini Terra é médico com especialização em saúde perinatal, educação e desenvolvimento do bebê e mestrado em neurociências. Com carreira político partidária iniciada em 1986, Osmar Terra está atualmente no seu 7º mandato consecutivo no cargo de deputado federal pelo MDB gaúcho. Licenciou-se do cargo para assumir pela primeira vez a secretaria estadual de saúde do Rio Grande do Sul em 2003 (OSMAR..., 2009; OSMAR..., 2023) mesmo ano da criação do PIM. Foi nomeado ministro do Desenvolvimento Social de Temer no mesmo dia em que Dilma Rousseff foi afastada do cargo de presidente, 12 de maio de 2016, quando teve início o processo de impeachment do qual foi apoiador. Foi ministro da Cidadania do governo Bolsonaro de janeiro de 2019 a fevereiro de 2020, quando foi substituído por Onix Lorenzoni e retornou ao cargo de deputado federal. Ficou conhecido durante a pandemia da covid-19 por apelidos como “Osmar Terra Plana” e “Osmar Trevas”, ao defender o uso de medicamentos ineficazes para tratamento da doença, a “imunidade de rebanho” e por atacar

estadual de saúde. O PIM, por sua vez, foi inspirado no programa cubano Educa a tu Hijo, criado em 1983 e ainda ativo, que atende famílias com crianças de 0 a 5 anos e gestantes de áreas rurais e montanhosas de difícil acesso (CAMPOS, 2020, p. 12). O PIM acumula hoje 4 prêmios, nacionais e internacionais, relacionados às boas práticas para a promoção de direitos e da primeira infância. Para uma análise minuciosa do PIM ver Carin Klein, 2010.

Em 2013 é criada a Frente Parlamentar da Primeira Infância (FPPI), de iniciativa do deputado federal Osmar Terra, que buscava reunir uma base de articulação na Câmara dos Deputados para a criação e aprovação do Marco Legal da Primeira Infância (MLPI) (SOBRE..., [201-]). O MLPI se tornaria a lei 13.257, de 8 de março de 2016, que “estabelece princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a primeira infância em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano” (BRASIL, 2016a) e determina a primeira infância como o período que compreende os primeiros 6 anos completos de vida da criança. Na lei são definidos os papéis do Estado, da família e sociedade na garantia da proteção integral da população nessa faixa etária.

Santana (2022) se deteve a analisar mais profundamente a tramitação da lei e o que ela significa em termos de avanços ou retrocessos em relação ao direito à educação infantil, que não é meu objetivo debater neste ensaio. Entretanto, faço questão de destacar um ponto de sua argumentação, justamente por se relacionar com o que discutimos sobre o uso de “evidências científicas” na formulação de políticas e programas para a primeira infância:

O projeto de lei do MLPI foi proposto com a influência direta de entidades privadas, das quais se destacam a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, a Fundação Bernard van Leer e o Instituto Alana, as quais utilizaram como fundamento para sua justificativa as descobertas da Neurociência, por meio de estudos e modelos de universidades norte-americanas e o chamado empreendedorismo social, ainda que tenham mencionado legislações como o ECA e a Convenção sobre os Direitos da Criança. (p. 128)

Rosânia Campos, que analisa o Criança Feliz a partir do viés da Educação, chamará a atenção, ao falar sobre o MLPI, para o fato de que mesmo em governos nos quais se teve certos avanços em relação à Educação Infantil, foram aprovadas ações “que não rompem com a lógica da Educação Infantil como meio, como modo de educar as famílias, consolidando o que Arcoverde, Alcântara e Bezerra (2019) chamam de ressignificação do papel das famílias que é incluída no provimento da Proteção Social” (2020, p. 07).

O Programa Criança Feliz, criado em outubro de 2016, será anunciado como primeira medida do governo orientada pelas diretrizes do MLPI. Tomando emprestada a experiência

medidas de quarentena. Em 2021 ele seria acusado pela CPI da Pandemia de ser chefe do “gabinete paralelo” que orientava a presidência da república e o governo federal sobre como lidar com a pandemia, a partir de informações sem nenhuma base em evidências científicas (RAMOS, 2021).

local e a metodologia do programa gaúcho PIM e a metodologia Cuidados para o Desenvolvimento da Criança (CDC), expandirá esse modelo de programa alternativo para o nível nacional. Ao acessar a página do programa no site do ministério, o PCF é apresentado como o maior programa de visitação domiciliar para a primeira infância do mundo, alcançando, em 2021, a marca de 57 milhões de visitas nos 3.028 municípios que aderiram a ele (CRIANÇA FELIZ, [201-]). No tópico a seguir me deterei a apresentar como o PCF se estrutura em sua legislação, nos discursos de seu lançamento e algumas repercussões a seu respeito.

4 RIO TINTO: UMA CIDADE OUTRORA FABRIL

Antes de apresentarmos os dados mais específicos acerca da caracterização do Programa Criança Feliz, alguns elementos históricos da configuração da cidade podem ser elucidativos. O município de Rio Tinto está localizado na microrregião do litoral norte da Paraíba, distante 54 km da capital João Pessoa. Ficou conhecida como cidade fabril após a família austríaca Lundgren comprar terras de proprietários de engenhos locais e tomar títulos de terras do povo Potiguara na década de 1920, iniciando as atividades da Companhia de Tecidos Rio Tinto (CTRT).

A instalação da CTRT nas terras indígenas, a construção da fábrica e da cidade criaram uma estrutura de poder que enfeixou todos os aspectos da vida social nesta região durante mais de cinco décadas. A cidade de Rio Tinto é produto da fábrica, que com sua crescente demanda por terras, madeira e mão-de-obra transformou completamente o cenário da antiga sesmária dos índios de Mont-Mor a partir da década de 1920. (PALITOT, 2005, p. 106)

O regime de controle social, repressão e terror operado pela CTRT promoveu fugas e a negação da identidade étnica que até hoje marcam a memória dos Potiguara (PALITOT, 2005, p. 108). O controle da vida social também se estendia aos trabalhadores sertanejos recrutados de outras regiões para trabalhar na fábrica (PALITOT, 2005, p. 108).

A Manchester Paraibana, como ficou conhecida na época (PALITOT, 2005, p. 109), foi emancipada em 1956 da cidade vizinha da qual fazia parte, Mamanguape (Lei Estadual nº 1622 de 6 de dezembro de 1956). Durante os anos de 1960 e 1970 a CTRT foi perdendo seu poder de competitividade econômica em razão da modernização da indústria têxtil e da crise econômica, na mesma época em que o governo federal lançava o Programa Nacional do Alcool (PROÁLCOOL), até que nos anos 1980 vende a maioria de suas terras para as usinas de álcool e encerra suas atividades (PALITOT, 2005, p. 109-111; SOUZA, 2013, p. 121).

É a partir desse momento que a economia e a paisagem locais passam a ser dominadas pelo monocultivo da cana-de-açúcar, situação que se estende até os dias atuais, desmatando a mata-atlântica nativa para plantio e expulsando famílias de agricultores (PALITOT, 2005, p. 110-111). Para além do trabalho nos canaviais, “os trabalhadores locais investem na agricultura de subsistência, produzindo milho, feijão, macaxeira, inhame e batata doce, bem como na atividade de pesca dos ribeirinhos.” (SOUZA, 2013, p. 120). Faz parte da cidade o território indígena Potiguara Mont-Mor.

De acordo com estimativa do IBGE de 2021, o município conta com uma população de 24.258 pessoas (IBGE, 2021). Do total da população, 3.907 pessoas (16,1%) possuíam

alguma ocupação em 2020 e 49,8% contava com renda mensal per capita de até meio salário mínimo, de acordo com os dados do último censo feito em 2010 (IBGE, 2023).

Em abril de 2020, quando o auxílio emergencial começou a ser pago, o total de famílias cadastradas no CadÚnico era 5.885 (13.882 pessoas), destas, 4.635 estavam em situação de pobreza extrema e 5.307 famílias (13.174 pessoas) possuíam renda per capita mensal de até meio salário mínimo. Em dezembro de 2022, quando finalizamos a pesquisa, as famílias cadastradas somavam 10.208 (17.735 pessoas), destas, 8.326 estavam em situação de pobreza extrema e 9.338 famílias (16.734 pessoas) possuíam renda per capita mensal de até meio salário mínimo. A média de pessoas por família em abril de 2020 era 2,35 e em dezembro de 2022 passou para 1,73 (PESSOAS..., 2023). Entre as famílias pertencentes a grupos populacionais tradicionais específicos, 1.224 são indígenas, 489 são agricultoras familiares e 265 são pescadoras tradicionais, constituindo os 3 maiores grupos deste tipo (RELATÓRIO..., 2023).

5 PROGRAMA CRIANÇA FELIZ: LANÇAMENTO E LEGISLAÇÃO

"Cada brasileiro, cada brasileira importa para o desenvolvimento do Brasil [...]. Cercada de carinho e cuidados específicos desde a gravidez, uma criança terá mais possibilidades de aprendizado quando chegar à escola. Os cuidados na primeira infância, por exemplo, ajudam a inibir o comportamento agressivo e violento na adolescência. Dessa forma, esse adolescente se tornará um adulto mais preparado para a vida" - (Discurso de Marcela Temer. Governo lança Programa Criança Feliz, 2016)

Pouco mais de 3 meses depois da promulgação do MLPI, a presidenta Dilma Rousseff sofreu um golpe sob acusação de realizar manobras fiscais durante seu mandato. Seu vice, Michel Temer⁸, assume o cargo interinamente em agosto de 2016 e em 05 de outubro promulga o decreto nº 8.869 (BRASIL, 2016a), que institui o Programa Criança Feliz (PCF). O evento de lançamento, realizado nesse mesmo dia, contou com a presença e o discurso de Michel Temer, Osmar Terra e outras autoridades, além de Marcela Temer. A então primeira-dama e embaixadora do programa abre sua fala dizendo que “quem ajuda os outros muda histórias de vida” e ressaltou que trabalharia voluntariamente no cargo para “sensibilizar e mobilizar setores da sociedade em torno de ações que possam garantir melhoria na vida das pessoas” (GOVERNO..., 2016).

Em 09 de fevereiro de 2017, pouco antes do início dos ciclos de capacitação dos multiplicadores estaduais do PCF, Marcela Temer promoveu um almoço com primeiras-damas de estados e municípios, prefeitas e vereadoras a fim de mobilizá-las para a implementação do Criança Feliz. O evento contou com a participação do ministro Osmar Terra e de representantes de instituições privadas como o Instituto Ayrton Senna, o Insper, a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e Organização das Nações Unidas no Brasil (MARCELA..., 2017).

O PCF é apresentado como um programa de caráter intersetorial que tem como finalidade “promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida” (BRASIL, 2016b). Sua proposta é atender gestantes, crianças de zero a seis anos e suas famílias, dando prioridade às gestantes, crianças de até 3 anos e suas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família e crianças de até 6 anos e suas famílias beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou afastadas da

⁸ Em discurso realizado em 21 de setembro de 2016, na Sociedade Americana/Conselho das Américas (AS/COA), em Nova York, Temer diz que enquanto era vice-presidente, apresentou junto de seu partido (PMDB) à Dilma Rousseff um documento chamado “Uma Ponte Para o Futuro”, sugerindo que as teses do documento fossem tomadas pelo governo como norteadoras da gestão: “E, como isso não deu certo, não houve adoção, instaurou-se um processo que culminou agora com a minha efetivação como presidente da república.”. Em resumo, a “Ponte para o futuro” sugeria uma série de privatizações e reformas neoliberais (VIEIRA, 2016) que, após o golpe, foram promulgadas por medida provisória, como a reforma do Ensino Médio, ou aprovadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, como as reformas trabalhista e da previdência, o teto de gastos para despesas sociais, entre outras.

família por meio de medida de proteção. Em julho de 2019 uma nova portaria, nº 1.217, autorizou os municípios a incluir como público prioritário também gestantes e crianças de até 36 meses (3 anos) inseridas no CadÚnico do Governo Federal⁹ (BRASIL, 2019). A coordenação do programa ficou a cargo do então Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) e, mais tarde, da Secretaria Nacional de Promoção ao Desenvolvimento Humano (SNPDH) do Ministério da Cidadania, durante o governo Bolsonaro. Ambos os ministérios chefiados por Terra. O ministério ficaria responsável também por coordenar um comitê gestor interministerial, que planejaria e articularia os componentes do PCF. A assistência social ficou encarregada da execução do programa, que o rebatizou de Programa Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na Resolução CNAS nº 19, de 24 de outubro de 2016. (BRASIL, 2016c)

São elencados como objetivos do Criança Feliz

- I - promover o desenvolvimento humano a partir do apoio e do acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância;
- II - apoiar a gestante e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados perinatais;
- III - colaborar no exercício da parentalidade, fortalecendo os vínculos e o papel das famílias para o desempenho da função de cuidado, proteção e educação de crianças na faixa etária de até seis anos de idade;
- IV - mediar o acesso da gestante, das crianças na primeira infância e das suas famílias a políticas e serviços públicos de que necessitem; e
- V - integrar, ampliar e fortalecer ações de políticas públicas voltadas para as gestantes, crianças na primeira infância e suas famílias. (BRASIL, 2016b)

Trata-se, portanto, de um programa focalizado em famílias de baixa renda que busca educá-las por meio de “apoio”, “acompanhamento” e “colaboração” no trabalho do cuidado e da educação de crianças de 0 a 6 anos, colocando-as como educadoras e cuidadoras primeiras e pressupondo que não disponham de conhecimento suficiente para tal. Esse modelo de intervenção se aproxima muito da proposta filantrópica do século XIX, que, por meio de visitas domiciliares, aconselhava as famílias e analisava minuciosamente o ambiente familiar com a justificativa de corrigir suas “faltas morais” e estimular sua autonomia (DONZELOT, 1980, p. 58-60)

Para alcançar tais objetivos, o programa se baseia em dois eixos principais: as visitas domiciliares e a intersetorialidade das ações. As visitas domiciliares consistem em ações desenvolvidas “por profissionais capacitados” (BRASIL, 2016b) na residência das famílias. Entende-se por intersetorialidade a articulação entre “as políticas de assistência social, saúde, educação, cultura, direitos humanos, direitos das crianças e dos adolescentes, entre outros.”

⁹ Após o término desta pesquisa, outra alteração em relação ao público prioritário foi feita pela portaria nº 664, de setembro de 2021, que incluiu “crianças de até 72 (setenta e dois) meses inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, que perderam ao menos um de seus responsáveis familiares, independente da causa de morte, durante o período Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da Covid-19” (BRASIL, 2021).

(BRASIL, 2016b). O decreto autoriza também que se firmem parcerias com órgãos e entidades públicas ou privadas para a execução do PCF.

É curioso observar que o decreto não traz informações sobre a composição e formação das equipes técnicas que colocariam em operação o programa, não prevê qual será o valor pago aos municípios para a sua operação, nem qual será a metodologia e a base conceitual a ser aplicada. Mesmo assim, contou com a adesão de 9 estados e 95 municípios no ato de seu lançamento (VAMOS..., 2017). A adesão por parte dos municípios é voluntária, assim como a adesão das famílias ao programa.

De acordo com o Guia para Visita Domiciliar, um manual lançado pelo MDSA e utilizado para capacitação de visitantes, o Criança Feliz é baseado na metodologia CDC e no PIM. O documento orientador dessa metodologia é o “Cuidados para o Desenvolvimento da Criança (CDC) - Manual de Orientação às Famílias” (2012), elaborado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e de autoria de Patrice Engle e Jane E. Lucas. Sua tradução para o português foi realizada pelo Instituto Alfa e Beto (IAB) e essa instituição ficou responsável também por capacitar os primeiros coordenadores estaduais do PCF (INSTITUTO..., 2017).

De acordo com os autores do Manual, a metodologia pode ser resumida com palavras-chave: “estimular, estabelecer vínculo, comunicar e brincar.”, cabendo ao visitante o papel de “agente que ajuda os pais – pela conversa e pela demonstração – a interagir de forma cada vez mais adequada com seus filhos, bem como a avaliar o impacto dessa interação, de maneira a se comunicar e brincar de maneira cada vez mais eficaz.” (ENGLE, LUCAS, 2012, p. 04). Logo na introdução é dito que a CDC já teria sido aplicada em inúmeros países, sem citar quais, e que “existem avaliações rigorosas que demonstram a eficácia do uso das estratégias aqui apresentadas”, bastando que os multiplicadores as apliquem corretamente junto aos pais, que então as adotam e as aplicam às crianças e, dessa forma, contribuem para o desenvolvimento delas (ENGLE, LUCAS, 2012). Podemos ver que é uma fórmula bastante simples.

O Guia (2017) preconiza que os visitantes devem possuir no mínimo ensino médio completo e formação como cuidador, educador ou orientador social, acompanhem 30 famílias por mês e suas atividades devem ser supervisionadas por profissionais com formação superior *preferencialmente* nas áreas de psicologia, pedagogia, assistência social ou terapia ocupacional¹⁰ (2017, p. 15). A periodicidade das visitas pode ser semanal, quinzenal ou mensal, dependendo do perfil da família. Há também os cargos de multiplicadores e de

¹⁰ Na portaria nº 664, de setembro de 2021, que atualizou a legislação sobre o PCF, não é mais exigida a formação preferencial dos supervisores nas áreas acima referidas. Para assumir o cargo, basta que tenha ensino superior.

coordenadores estaduais, que, de modo geral, tratam da gestão do programa no nível estadual, supervisionam as atividades e capacitam as equipes municipais.

6 A EXPERIÊNCIA LOCAL: CRIANÇA FELIZ EM RIO TINTO/PB

Neste tópico me proponho a apresentar um panorama de como o Programa Criança Feliz é executado a nível municipal. Para isso, escolhi separar os dados por assuntos, em sub-tópicos, para uma sistematização mais didática. Os dados etnográficos utilizados aqui foram editados a partir dos diários elaborados durante o trabalho de campo.

6.1 Primeiro encontro com a equipe técnica do Criança Feliz

Após alguns contatos de Pedro por telefone e *WhatsApp* com a supervisora Mariana conseguimos agendar um encontro com ela no prédio da sede. Cheguei pouco antes das 14:00 horas e fui recebida por Mariana e um grupo de 5 visitadoras que haviam sido contratadas recentemente e estavam passando por um processo de capacitação. Era o 3º dia de um curso que duraria uma semana. Fiquei um pouco surpresa, pois não sabia que esse seria o contexto do nosso encontro. Me apresentei ao pessoal e apresentei também a proposta da nossa pesquisa, a pedido delas. Pedro e mais duas visitadoras chegaram em seguida. Elas faziam parte da equipe de cinco profissionais que já atuavam no programa há pelo menos 2 anos, desde a sua implementação em 2017.

Após as devidas apresentações, nos sentamos em círculo com a equipe e Mariana pediu aos profissionais em treinamento que explicassem o que haviam aprendido até o momento. Uma delas nos disse que o PCF era um programa do governo federal que tinha como objetivo fortalecer os vínculos familiares para que “as famílias possam ter um futuro melhor, uma educação melhor”, pois as que são beneficiárias do Bolsa Família enfrentavam obstáculos como gravidez na adolescência e afastamento da escola, situações que as colocariam em desvantagem em relação ao restante da população. Outra nos explicou que estimular as crianças “pode ajudar os pais a sair da pobreza no futuro”. Joana, uma das visitadoras ativas complementa a fala das demais dizendo que seu trabalho era incentivar e mediar a brincadeira das mães com seus filhos através materiais recicláveis que elas mesmas produziam ali na sede e estimular as mães a produzir os próprios brinquedos em casa.

A supervisora pediu que as visitadoras veteranas, Joana e Cássia, nos apresentassem os materiais que utilizariam nas visitas daquele dia. Elas os retiraram de mochilas grandes que carregavam, estampadas com as logomarcas do Criança Feliz e do governo federal. Cássia nos

mostrou o Livro Sensorial, um livro feito de E.V.A¹¹ com diferentes atividades para “trabalhar a coordenação motora” a partir do toque de tecidos de diferentes texturas e do abrir e fechar zíperes, por exemplo. Outras atividades desse livro visavam “estimular as crianças a escovar os dentes” a partir de ilustrações que ensinavam o passo-a-passo, outras tinham operações matemáticas simples. Um outro material de trabalho era a Caixa Surpresa, apresentada por Joana, uma caixa de sapato forrada com papel colorido. Possuía uma abertura em cima, grande suficiente para passar a mão de um adulto, com fitas de papéis coloridos coladas nas bordas dessa abertura. No interior da caixa são colocados recortes de E.V.A com a ilustração de algum animal ou objeto. Na dinâmica das visitas, “as crianças ou a mãe passam a mão pela abertura e tiram alguma figura, eu incentivo a mãe a falar o nome do objeto e a elogiar a criança quando ela repete ou então quando ela mesma consegue pegar a figura na caixa”.

Pedro pergunta se Joana e Cássia já trabalharam com crianças antes e elas responderam que só tinham a experiência com os próprios filhos e que o que aprendiam no PCF as ajudou a “desenvolver as habilidades das crianças em casa”. Sobre o primeiro contato com as famílias, Joana nos conta que se aproximava delas explicando como as visitas funcionam e sobre a necessidade de a família estar vinculada ao Bolsa Família para aderir ao programa. Segundo ela, muitas famílias tinham medo de perder o benefício caso recusassem a aceitar. Explicava também à família que a criança ao entrar na creche perde o direito às visitas¹². Cássia e Joana comentaram sobre algumas dificuldades e desafios que enfrentam no dia a dia, como criar atividades que despertem a atenção das crianças, já que precisam renová-las semanalmente e planejá-las para atender às necessidades de cada criança. Para isso, disseram ouvir as mães sobre as brincadeiras preferidas dos filhos e sobre suas dificuldades, a partir disso se reúnem com o restante da equipe para criar os materiais¹³, recorrendo muitas vezes à internet para buscar novas ideias. As visitas ocorrem em dias e turnos específicos que são comunicados às famílias. De acordo com as interlocutoras, seria fundamental trabalhar de acordo com o humor e com o tempo de cada criança e nos trouxeram alguns exemplos disso, como quando tinham dificuldades de deixar a casa da família pois as crianças se apegaram aos brinquedos ou quando precisam repetir várias vezes a mesma atividade pois “alguns têm dificuldade com alguma habilidade”.

Nossa roda de diálogo terminou com Mariana nos convidando a conhecer algumas famílias que são atendidas pelo PCF. Topamos a proposta. Ela então ligou para Márcio, o

¹¹ E.V.A. é a abreviação para etileno acetato de vinila, um polímero derivado do petróleo. É um material emborrachado e flexível que lembra bastante uma espuma e é comumente utilizado na fabricação de embalagens, calçados e brinquedos, por exemplo.

¹² Não encontrei na legislação alguma indicação de que este seria um critério de permanência no Criança Feliz.

¹³ Um dos visitantes atua também como oficinairo, pessoa responsável por conduzir as oficinas de criação de atividades.

motorista da equipe, que nos conduziu no carro da prefeitura, junto com Cássia e Joana, até um dos bairros que atendem. Mariana seguiu no seu carro junto com as outras visitadoras em treinamento. Ao final da tarde, retornamos à sede para um café da tarde. Jogamos um pouco de conversa fora com a equipe e Mariana nos mostrou algumas fotos dos ensaios fotográficos que realizaram com as gestantes do Criança Feliz. O trabalho de pré-produção desses ensaios, com direito a cabelo, maquiagem e manicure, é feito pelas visitadoras e pela supervisora que nos conta que ao final do processo as gestantes “se transformam em outras mulheres”. Nesse meio tempo, aproveitamos para pedir à supervisora e às visitadoras se seria possível acompanhar seus trabalhos por algum tempo, explicamos que parte do nosso trabalho também é em campo, como elas, e que isso seria fundamental para a pesquisa. Elas se mostraram bastante confortáveis com a proposta e a supervisora em especial pareceu empolgada. Mariana ficou de nos avisar sobre o próximo dia que poderíamos estar com a equipe e trocamos telefones. Ao final do café, nos despedimos da equipe que ainda trabalharia mais algumas horas na oficina de confecção de materiais para as visitas.

6.2 Composição da equipe e condições de trabalho das visitadoras

Quando adentramos o campo em 2019, a equipe técnica do programa estava em meio a um processo de ampliação que dobrava a equipe de visitadoras em atividade: ao todo eram 10 profissionais, 5 ativos há dois anos e 5 recentemente contratados. Havia apenas dois homens atuando nessa função, 1 em cada grupo. Todos com formação de nível médio. Seus trabalhos eram supervisionados por uma profissional com graduação em psicologia, responsável também por capacitá-los. Os salários pagos a cada função correspondiam a um salário mínimo às visitadoras (R\$ 998,00, valor à época) e cerca de R\$1.600 à supervisora.

A sede do programa ficava na via principal de entrada para a área urbana da cidade, espaço que compartilhava com o Centro de Convivência do Idoso (CCI). Cabe ressaltar que essa configuração era vista pela gestão da Assistência Social da cidade como peculiar a Rio Tinto, visto que o PCF geralmente é alocado junto ao prédio do CRAS. O espaço conta com uma recepção com algumas cadeiras de espera, seguido de um auditório com várias portas de acesso para outras salas menores. Da esquerda para a direita, encontramos a sala de coordenação do Centro de Convivência do Idoso, uma sala de atividades, a supervisão do Programa Criança Feliz, uma cozinha, dois depósitos, um banheiro público e um terceiro depósito. Na fachada do prédio, uma placa indicava a presença do PCF e do CCI com as logomarcas de ambos. A sede funciona como local de reuniões, de realização de oficinas para

confeção de materiais para as visitas e depósito dos mesmos, de capacitação e de ponto de encontro com o motorista para saída até os locais de visita.

Cada visitadora deve atender no mínimo 30 usuários mensalmente, mas, por conta da rotatividade de usuários, são orientadas pela supervisão a sempre manter o atendimento de um número de famílias acima da meta, pois “sempre tem alguma criança que entra na creche ou que completa três anos”¹⁴ e por isso são desligadas do Criança Feliz. Nessa época, a equipe de visitadoras experientes estava trabalhando descontente depois que a gestão municipal decidiu descontar uma porcentagem de seus salários, caso elas não conseguissem acompanhar todas as famílias pelas quais são responsáveis e fechar a quantidade de visitas que precisam fazer a cada uma delas. Um sistema municipal de controle de visitas desenvolvido pela supervisora¹⁵, chamado de ficha de frequência, tem sido utilizado como base para os descontos. Joana me mostrou essa ficha uma vez: no documento há 4 tabelas, referente às 4 semanas do mês, onde são registrados o nome da criança, a data de nascimento, o nome e a assinatura do responsável, endereço da família e número de identificação social (NIS)¹⁶.

Em maio do mesmo ano, o Criança Feliz atendia um total de 308 beneficiários, entre gestantes e crianças de 0-3 anos e suas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família. O recurso de cofinanciamento federal repassava ao município R\$60,00 por pessoa atendida, mas foi destacado por Mariana que esse valor nunca corresponde à quantidade de famílias que atendem, pois o sistema onde são registrados os dados demora três meses para reconhecer os novos usuários cadastrados. Esse tipo de demora e outros problemas técnicos de instabilidade são motivo de reclamação entre equipes do PCF do Brasil todo, de acordo com a gestora, que diz não ter conseguido cadastrar as visitas de meses inteiros algumas vezes.

Em uma conversa particular que tive com Mariana, perguntei se o valor repassado era suficiente e se o município ganha alguma bonificação quando bate suas metas. Sua avaliação é que o valor repassado mal supre os gastos com a folha de pagamento da equipe e com o transporte das visitadoras. Sobre as metas, ela ri e diz que em troca “só recebem aperreio mesmo!”. Os dados de controle eram registrados por meio de fichas de visitas, relatórios e formulários, que posteriormente são inseridos no sistema Prontuário Eletrônico do SUAS¹⁷ pela própria supervisora, sendo repassados ao CRAS somente algumas informações básicas e

¹⁴ Fala de Mariana (supervisora).

¹⁵ Perguntei à supervisora sobre essa ficha de frequência desenvolvida por ela. Diz que precisou desenvolver as fichas de frequência depois de receber reclamações das famílias sobre algumas visitadoras que não estavam indo até as casas e usando o expediente para outras atividades pessoais. Para ela, “se tem um controle nacional e um estadual, tem que ter um municipal também!”

¹⁶ O Número de Identificação Social (NIS) é uma sequência numérica gerada pelo Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) para identificar as famílias inscritas.

¹⁷ Em 2020 foi criado um sistema próprio para o programa, o e-PCF, o que corrobora ainda mais com os argumentos de profissionais e pesquisadoras que afirmam que o Criança Feliz é alheio ao SUAS e a outras políticas de Estado (SPOSATI, 2017; CFESS, 2017; CAMPOS, 2020).

dados quantitativos sobre as visitas. Esses formulários¹⁸ deveriam ser preenchidos pelas visitadoras no primeiro dia de visita, mas ela as orientava a aplicá-los aos poucos, para não causar desconforto às famílias.

As 5 visitadoras que acompanhamos dependiam do transporte oferecido pela prefeitura para se deslocar até os locais que atendiam, boa parte deles em território indígena ou área rural distantes do centro da cidade, onde está a sede do programa. Os demais se deslocam com veículo próprio. Joana e Cássia lembravam sem nostalgia que até janeiro de 2019 se deslocavam a pé até as localidades que atendiam, a mais de 5 km do centro da cidade. Entretanto, o carro conduzido por Márcio quebrava constantemente, dificultando e às vezes impossibilitando os atendimentos. No período que acompanhamos a equipe, ele ficou parado por 3 semanas consecutivas aguardando conserto.

Por esse motivo, a supervisora orientava a equipe a abandonar as “famílias que dão problema” e buscar outras em áreas mais próximas da cidade, para facilitar o atendimento. Ao perguntar a Mariana quais seriam as “famílias problemáticas”, ela apontou que seriam aquelas que não são encontradas em casa após 3 tentativas de visita ou que não recebiam a visitadora, mesmo ela percebendo que a pessoa estava em casa. Destacou um caso específico em que o pai da criança impediu que a visitadoras fizessem seu trabalho, mesmo que a mãe da criança houvesse aceitado receber as visitas anteriormente, o que fez com que a equipe descadastrasse a família.

A rotina de trabalho das visitadoras começava às 8 horas e se estendia até às 17 horas, com pausa para o almoço. Pela manhã realizavam as visitas e à tarde preenchiam os relatórios de cada criança ou gestante e voltavam às casas nas quais não foi possível realizar o atendimento pela manhã. São os casos de quando não encontram a família em casa ou então a criança está dormindo no momento que a visitadora chega. Essa rotina era seguida de segunda a quinta-feira. As sextas-feiras eram reservadas às oficinas de elaboração de atividades e à participação em eventuais reuniões de equipe.

A possibilidade de trocar as atividades entre si foi apontada por elas como uma estratégia para não precisar desenvolver um volume tão grande de materiais individualmente. Porém, reclamavam da falta constante de materiais básicos na sede para desenvolver novas brincadeiras e que isso limita um tanto suas possibilidades. Produziam muitas vezes com materiais recicláveis e coisas que possuíam em casa, fora do horário do expediente e

¹⁸ Há 3 formulários mais gerais que são preenchidos pelas visitadoras: caracterização da família, caracterização da gestante e/ou caracterização da criança e diagnóstico inicial do desenvolvimento infantil. Há também outros mais específicos, como o formulário de diagnóstico inicial do desenvolvimento infantil, o plano de visita e outro de avaliação do desenvolvimento da criança ao final de cada faixa etária. Este último apresenta indicadores de habilidades cognitivas, socioemocionais, motora e outras, que a visitadora deve marcar de acordo com os seguintes critérios: a criança consegue fazer sozinha, consegue fazer com ajuda ou não consegue fazer (GUIA PARA VISITA DOMICILIAR, 2017)

recorrendo a tutoriais e vídeos da internet. Havia previsão de chegada de matéria prima para confecção de novos materiais naquela semana e me convidaram a participar da oficina.

6.3 Dinâmica das visitas domiciliares

A estrutura padrão das visitas domiciliares em Rio Tinto segue um roteiro de 3 etapas, seguindo as orientações do Guia (BRASIL, 2017). O primeiro momento é de acolhimento da criança e da mãe/da família, seguido pela apresentação da proposta e desenvolvimento da atividade, e por último a conclusão/avaliação do desempenho da criança. Essa última vai determinar se será aplicada na próxima visita uma tarefa mais complexa ou não. Segundo a equipe, é impraticável que a visita dure os 45 minutos que o Guia de visita domiciliar preconiza, pois isso depende do interesse e humor das crianças e das famílias. O número grande de “usuários”¹⁹ que precisam acompanhar também interfere no tempo de duração, de acordo com elas. As visitas que pude acompanhar duravam em média 15 minutos.

A rotina de visitas domiciliares para cada bairro ou aldeia é definida pela equipe previamente e informada às famílias. Geralmente destinam uma ou duas manhãs para cada local, dependendo da quantidade de famílias que atendem em cada uma delas. Portanto, a família sabe que vai receber uma visita na quinta-feira pela manhã, mas não tem um horário definido. Descreverei a seguir a dinâmica de algumas das visitas que acompanhei junto às visitadoras nos locais da cidade que atendem.

Visitando Ivete e Maria, de um ano e oito meses, na aldeia Jaraguá

“Ao chegar no portão da casa da família, quem nos recebeu foi José, pai de Maria, estava sentado numa cadeira de balanço na varanda. Joana se mostrou surpresa pela sua presença e ele contou que estava de férias do trabalho. Em seguida Ivete aparece com a menina no colo, ainda molhada do banho, enrolada numa toalha. Aquela era a terceira visita que acompanhava junto a essa família.

Nos sentamos nas cadeiras, enquanto as duas sentaram-se no chão. Joana pergunta como a mulher e a criança estão e trocam sorrisos. A visitadora então tira uma das páginas do Livro Sensorial para começar a atividade do dia. A proposta é que a mãe ajude a criança a colocar os 5 recortes de E.V.A. no formato de vogais sobre as mesmas vogais que estão ilustradas na folha, grudando com um velcro a letra recortada sobre a letra correspondente na página. Joana pega Maria no colo e estende as vogais para a mãe, indicando o local que

¹⁹ A equipe se refere às pessoas que atendem com esse termo.

devem ser colocadas na folha e pedindo que a mãe *estimule* a criança a grudá-la naquele espaço. Ivete usa o Livro Sensorial como base para a folha de atividade e é orientada pela visitadora a sempre recompensar a filha com elogios: “Muito bem”, “Parabéns, Maria”. Enquanto Ivete tenta desenvolver a atividade com a filha, Joana olha para mim e diz que “ela é uma mãe dedicada!”.

Maria não demonstrou muito interesse na atividade, possivelmente por não estar familiarizada com vogais. Ela falava apenas duas palavras, “mamãe” e “papai”, como viria a me informar Joana depois. Esse comportamento de elogiar a criança quando ela acerta e corrigi-la quando erra é incentivado pelas visitadoras em todas as visitas que acompanhei e é orientado pelo Guia.

Enquanto isso, as mulheres falam algo sobre as férias do marido de Ivete e Joana diz que nunca tem férias. A mãe emenda “Que mulher tem férias?” e a visitadora concorda “A mulher além de trabalhar fora, tem que chegar em casa e “cuidar de tudo”!. Me chamou a atenção o fato de o pai não ser convidado em nenhum momento a participar da brincadeira com a esposa e a filha. Ele permaneceu sentado na cadeira de balanço, com um olhar distante e alheio à situação.

Joana entrega um papel para Ivete com o número do NIS dela. Na última visita ela havia comentado com essa mãe que seu nome havia sumido do sistema. Durante a semana buscou saber o que aconteceu junto ao setor responsável e concluiu que “o problema era no sistema do Bolsa Família”. A mulher conta que demorou 10 meses para começar a receber o benefício, disse que foi uma luta e que “parece sorte”, dando a entender que a forma de seleção das famílias para o PBF é baseada num sorteio. Joana pede que ela coloque o número que lhe passou junto com os outros papéis que ela “guarda com tanto cuidado” e que reproduza aquela atividade com o que ela “tiver em casa”. A visitadora recolhe a assinatura de Ivete na ficha de frequência e nos despedimos.”

Visitando Neuza e Aline, que faria três anos no dia seguinte, na aldeia Jaraguá

Adentramos alguns quilômetros de carro por Jaraguá, numa paisagem predominantemente verde. Joana comenta no caminho que estávamos indo até a família mais “humilde” que atendiam e que mora mais distante entre as que visitam naquela área. Márcio nos deixa em frente ao portão de madeira e Joana chama por Aline. A mãe, Neuza, nos convida a entrar. Ela estava na cozinha, improvisada na parte externa da casa, colocando água em uma panela para o almoço. A fonte de água é um cano puxado da rua, com uma torneira que ficava poucos centímetros acima do nível do chão. Joana me apresenta e comenta que a

criança fará três anos no dia seguinte e que, portanto, deixará de ser atendida pelo PCF. A mãe comenta que não queria que isso acontecesse e a visitadora emenda “Então tu tem que botar o Brasil pra frente!” - dando a entender que ela deveria ter mais filhos para que isso não ocorresse. A mulher sorri desconcertada: “Falar é fácil, eu tenho 7 vivos e 2 que morreram.”

Em seguida Joana faz o mesmo comentário para a filha de 13 anos da mulher, Mércia, que apenas ri cabisbaixa enquanto brinca com a irmã menor no chão. A visitadora retira uma atividade do Livro Sensorial e entrega para a menina mais velha para que ela a conduza junto com a irmã menor: uma folha de E.V.A com a figura de uma pizza dividida em 4 partes, sobre cada fatia tem um número de 1 a 4, junto com a folha ela entrega 4 pedaços de E.V.A que correspondem às 4 fatias da pizza, cada qual com 1, 2, 3, ou 4 círculos (como se fossem rodelas de tomate), que correspondem aos números que estão dispostos na pizza representada na folha. Mércia não entende a atividade e fica apenas segurando o material enquanto a visitadora conversa com a mãe. Joana então percebe a situação e explica como fazer a atividade, mas mesmo com o apoio da irmã, Aline não consegue realizá-la e quem acaba fazendo é a irmã mais velha.

Visitando Ana e João, de 2 anos, na Aldeia Jaraguá

Deixei Joana terminando de preencher a ficha de frequência na casa de Ivete e fui em busca de Cássia na casa vizinha. Ela ainda estava na porta conversando com a avó da criança quando cheguei. Me apresentei a ela e à mãe da criança, que me convidou a entrar. A casa era bastante simples, de alvenaria e sem reboco, e que não parecia ter mais de 3 cômodos. Cássia tirou um fantoche de gato da mochila, feito em E.V.A. e tecido. Disse à mãe, que segurava o filho no colo, que aquela brincadeira tinha a função de trabalhar a comunicação e a criatividade da criança. “Você pode criar, como se o bichinho estivesse conversando com ele”. Ana não demonstra interesse em fazer a atividade e nem se propõe a colocar a mão dentro do fantoche. Olhava para a visitadora com um sorriso meio desajeitado, aparentando estar desconfortável. Bocejava e se espreguiçava no sofá enquanto Cássia fazia a atividade com a criança. A avó chegou para brincar com o neto junto com a visitadora, que guardou o fantoche logo depois. Enquanto a avó nos contava histórias de quando trabalhava como parteira na região, a mãe pegou o menino no colo e o beijou, falou com ele e começou a brincar, como quem diz “Eu sei cuidar do meu filho!”. Cássia pareceu ter ficado desconfortável com a situação, como se quisesse ir embora rapidamente. Nos despedimos e seguimos para a próxima casa.

Já eram umas 16:00 horas, horário em que os ônibus que transportam os trabalhadores do corte de cana começavam a circular pelas estradas de areia esburacadas. Seguimos de carro até a casa de Helena e Guilherme para a última visita daquele dia. A casa era pintada de rosa e cercada por muros, com um pé de jambo enorme e frondoso no quintal. A primeira coisa que Helena nos disse foi “mulher, eu limpei a casa nas 3 quintas-feiras pra te receber e tu não veio! O que aconteceu?”. Renata explicou sobre o carro que havia quebrado e sobre não terem dado conta de atender todas as famílias da região. Como aquela era a primeira visita com atividades para o seu filho, ela perguntou qual seria o tempo de duração de cada visita. “Bem, não tem um tempo exato, cada criança é uma criança. Vai depender do desempenho dele”. A visitadora entregou uma vasilha de metal com uma colher de plástico, para que o menino batesse um no outro. Explicou que a atividade é para trabalhar a “coordenação motora”. A mãe se mostrou preocupada com os possíveis cortes do Bolsa Família que estavam sendo anunciados para setembro²⁰, mas a visitadora a tranquilizou dizendo que a orientação da supervisora do PCF é de que isso não iria interferir nos pagamentos. Também relatou que ela e as vizinhas estavam inseguras de perder o PBF caso não aceitassem as visitas do Criança Feliz. “O Criança Feliz é pra quem recebe o Bolsa, mas você não perde o benefício se não quiser as visitas”, disse a profissional. Achei curioso ela dar essa resposta para a Helena, pois antes de entrar na casa algumas mulheres nos abordaram na rua fazendo a mesma pergunta, ao que ela havia respondido que o PCF “dá mais segurança” para seguir recebendo o benefício.

Ao final da visita, a visitadora indicou alguns desenhos animados educativos que poderiam ajudar no “desenvolvimento” da criança, como o Pocoyo, e disse à mãe que é importante que ela “estimule” o filho a falar corretamente: “quando ele falar ‘aua’, por exemplo, repete pra ele ‘água’, para ele ir aprendendo”. Helena disse que o menino já assistia o desenho indicado e que ela buscava sempre corrigir sua fala, da forma como a visitadora orientou. E completa: “Mulher, que bom que, mesmo sem saber, a gente tá fazendo tudo certo!”. Quando estávamos saindo da casa, a mulher falou espontaneamente que as visitas eram importantes para a sua família, porque seu filho não tinha acesso à creche e ela pouco saía de casa com ele e com suas outras duas filhas, porque havia se mudado recentemente e não tinha nenhum familiar que pudesse lhe ajudar. Por conta disso, “O Criança Feliz tá ajudando. Mesmo que seja uma vez por semana, é melhor que nada.”

²⁰ Nesta época, o governo Bolsonaro anunciou que não conseguiria pagar os benefícios se o Congresso não aprovasse um crédito extraordinário. Isso repercutiu em todos os grandes telejornais da época e em campo pode se perceber um medo constante por parte dos beneficiários de se serem atingidos por isso (IMPASSE..., 2019)

6.4 Algumas considerações

Dentre as 23 visitas que acompanhei, apenas uma vez, além da situação que já descrevi, o pai da criança se manteve presente durante o desenvolvimento da atividade. Foi durante um dia de campo em Areia Branca, zona rural da cidade, onde visitamos Robson, Madalena, de 1,5 ano e Tereza. A visitadora responsável pela família era Renata. Apesar de se mostrar interessado e participar ativamente da conversa que se desenrolou, ele não foi convidado a interagir com a filha e a esposa no desenvolvimento da atividade. As orientações todas eram direcionadas à mulher. Tive a impressão de que ele até queria se inserir, mas que não encontrava espaço e não tomava a iniciativa para isso.

Nas demais visitas, alguns homens pais até apareceram para nos cumprimentar, mas se retiravam em seguida. De modo geral, eram as mães as responsáveis por conduzir as atividades com as crianças, raramente contando com o suporte de alguma outra pessoa, como a avó da criança ou então alguma filha mais velha.

A recepção das mães às visitadoras e às atividades propostas não era uniforme. Boa parte das mulheres se mostravam dispostas a realizar a brincadeira, as executavam junto ao bebê e pareciam muito familiarizadas com a presença das visitadoras, em especial algumas que eram acompanhadas a mais tempo, mas isso não era regra. Essas mães costumavam ser referidas por Joana com “mães dedicadas”. Uma minoria mostrava certo desinteresse ou estavam aparentemente cansadas durante os encontros e deixavam que a visitadora desenvolvesse a atividade com a criança. Nesses casos, a visita costumava ser mais rápida: 5 a 10 minutos. A recomendação de que a mãe reproduzisse a atividade durante o restante da semana, como “tarefa de casa”, raramente era seguida pelas mulheres, nem pelas “dedicadas”, de acordo com as visitadoras.

A resposta das crianças às brincadeiras variava um pouco mais. Às crianças menores eram oferecidas atividades que “estimulam a coordenação motora” ou “trabalham a comunicação da mãe com o filho”, como passar as mãos sobre texturas, balançar chocalhos ou interagir com a criança usando um fantoche. Esses bebês raramente se prendiam à atividade. Às crianças maiores introduziam tarefas mais complexas, como brincadeiras de identificação das cores, de vogais e numerais, operações matemáticas simples, desenhos para pintar etc., mas, ao que parece, a complexidade de uma brincadeira não acompanhava a capacidade de entendimento da criança a respeito do assunto tratado. Como no caso da menina de 1,8 meses a quem foi oferecida uma atividade sobre vogais, que descrevi acima. E essa não foi situação isolada, se repetiu em outras visitas.

Isso nos passou a sensação de que a aplicação desses materiais era feita de forma um

tanto arbitrária e intuitiva, o que reverberava no desinteresse de boa parte das crianças pelo que era oferecido. Uma das gestoras da assistência social da cidade destacou-nos a necessidade de uma capacitação continuada das profissionais que atuam no PCF, pois não acreditava ser suficiente a formação que possuíam para alcançar os objetivos do Programa²¹.

²¹ À época as visitadoras nos disseram que há meses estavam sem acesso a nenhuma formação ou capacitação, situação justificada pela supervisora pela falta de verbas para isso. Em agosto de 2020, após 4 anos do lançamento do Criança Feliz, a ONU Mulheres publicou um edital selecionando propostas de elaboração de materiais voltados ao programa (ONU Mulheres, 2020), o que nos indica que até então não se havia dado atenção a esse ponto. A informação sobre o edital foi-nos dada pela professora Rosamaria Giatti Carneiro.

7 RELAÇÕES EM CONFLITO E A FINALIZAÇÃO DO CAMPO

A supervisora municipal do programa se mostrou desde o princípio interessada em colaborar com a nossa equipe, assim como as visitadoras. Porém ao longo do desenvolvimento do campo comecei a perceber certo desconforto das visitadoras com a minha presença durante as visitas domiciliares. Em especial no último dia que tinha acompanhado, em Taberaba, Areia Branca e Boa Vista. No projeto PIBIC, estávamos finalizando aquela temporada para dar início ao processo de escrita do relatório, então marquei um encontro com Mariana para arrematar essa fase e explicar que nos afastaríamos por um tempo do campo por esse motivo. Outra questão que se colocava naquele momento era de ordem psicológica: a realidade presenciada por mim durante as visitas domiciliares me afetara profundamente e precisava realmente de um tempo para maturar esses sentimentos e repensar se daria conta de continuar com a pesquisa nesse campo.

Durante nossa conversa, ela diz que no dia anterior havia participado de uma reunião com toda a equipe e com a secretária da STAS e primeira-dama, Clarice. Na ocasião, conta que a secretária mostrou estar insatisfeita com a continuidade da pesquisa: já havíamos acompanhado as visitas e ela não entendia o porquê de continuarmos. Também lhe gerava desconforto o fato de ter tantos programas na cidade e a gente focar apenas no Criança Feliz. Mariana fez questão de destacar que isso era uma questão apenas para a secretária e não pra ela. Argumentei que estávamos focados no PCF, porque era um programa novo e que tinha despertado o interesse não só nosso, mas de pessoas de outras áreas, como o Serviço Social e a Educação por todo o país. Expliquei também algumas especificidades da nossa disciplina (trabalho de campo, observação participante, etc) e a necessidade de nos focarmos num só programa para podermos nos aprofundar no debate sobre ele. Ao final dos meus argumentos ela disse que tentaria conversar novamente com a secretária, pois também já foi pesquisadora quando estava na graduação em Psicologia e entende a importância de estudos como o nosso.

A supervisora continua dizendo que, na reunião com a equipe, parte das visitadoras também disseram estar desconfortáveis por serem acompanhadas por mim, pois algumas famílias lhes relataram estar habituadas apenas com as visitadoras. Eu seria um elemento estranho, mais uma pessoa adentrando suas casas, além da equipe do PCF e das agentes de saúde que controlam as condicionalidades do Bolsa Família. Mariana disse que, quando voltássemos, tentaria me colocar em diferentes equipes, numa espécie de rodízio de visitadoras.

A sensação que tive durante essa conversa, somada ao distanciamento das visitadoras em relação a mim nas últimas visitas acompanhadas, foi que essas profissionais estavam se sentindo vigiadas por mim, como se eu fosse mais um elemento de controle de suas atuações.

Não desconsidero que algumas famílias possam ter se sentido desconfortáveis com a minha presença durante as visitas, mas é importante considerar também o fator de vigilância que eu poderia estar representando para as visitadoras, ainda mais por ter entrado em campo justamente no período em que havia sido implantado o sistema de ficha de frequência.

No segunda metade de 2019 tentamos retomar o contato com a equipe, visitadoras e supervisora. As visitadoras não chegaram a responder minhas mensagens via WhatsApp. É um direito delas não querer contribuir com a nossa pesquisa e a melhor decisão a se tomar naquele momento era não insistir. Pedro tentou retomar o contato com Mariana e ela chegou a marcar um encontro conosco, mas cancelou de última hora. Depois passou por uma cirurgia e ficou um tempo afastada do trabalho. Esse contexto geral nos fez desistir de retomar o contato com a equipe.

Em 2020, planejávamos retomar o campo e dar continuidade à fase seguinte da pesquisa, na qual prevíamos estabelecer algum vínculo com as famílias “usuárias” do PCF para compreender suas percepções a respeito do programa, sem intermédio da equipe do programa. O plano foi interrompido por ocasião da pandemia de covid-19 e até então não foi retomado. Ao final de 2020, a equipe toda foi demitida e substituída por novas profissionais por ocasião das eleições municipais resultarem na troca da gestão. É por este imbróglio todo que não são trazidas em profundidade as perspectivas das famílias usuárias nesta pesquisa, assim como não houve debate com elas sobre as interpretações que fizemos a respeito do PCF.

8 UM PROGRAMA INOVADOR? CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos documentos analisados e da experiências em campo, compreendemos o Programa Criança Feliz como uma tecnologia de governo que tem como objetivo educar as mulheres-mães a fim de torná-las competentes para cuidar e educar suas crianças, ao mesmo tempo que reforça o estigma sobre os pobres enquanto aqueles que são negligentes. O tom dado pelo PCF à importância de se investir em cuidados maternos capazes de criar um ambiente familiar estimulante na primeira infância dá margem ao entendimento de que se a criança não for estimulada adequadamente até os 6 anos ela estará fadada ao “fracasso”, perpetuando o ciclo intergeracional de pobreza de sua família.

Esse discurso foi construído a partir de evidências científicas controversas que, partindo de um reducionismo neurobiológico focado em “períodos críticos”, obscurece o debate sobre a realidade material das desigualdades e discriminações que assolam boa parte da população (FONSECA, 2019, p. 06-07) e que pode servir para que se justifique o desmonte da educação oferecida para outras faixas etárias, sejam crianças, adolescentes ou adultos.

Seguindo essa linha de raciocínio, a pobreza é associada a uma suposta limitação intelectual dos pobres que seria fruto de um baixo “investimento” do cuidado materno em relação às crianças, irremediável após a primeira infância, discurso que se assemelha às teorias eugênicas do início do século XIX ao localizar no cérebro as justificativas sobre a suposta inferioridade de parte da população (FONSECA, 2012, p. 267-271).

A mulher-mãe é tomada como parceira para atingir metas estatais de redução da desigualdade social e passa a ser culpabilizada pela desproteção social a que sua família é submetida (ARCOVERDE, ALCÂNTARA, BEZERRA, 2019; SPOSATI, 2017; FONSECA, 2012). Nos documentos oficiais analisados, apesar de se dar destaque às palavras “pais/cuidadores” como forma de ampliar o espectro de possíveis responsáveis pelo cuidado com a criança, na prática cotidiana das visitas domiciliares o “vínculo familiar” que é “estimulado” se reduz à relação mãe-bebê. Essa compreensão de família, que também foi encontrada por Klein (2010) ao analisar o PIM, desconsidera outras dinâmicas familiares possíveis e redes de cuidado mais amplas que são tradicionais entre classes populares (FONSECA, 2005; FONSECA, 2009).

Claudia Fonseca destaca que as teorias que dão base a programas alternativos para a primeira infância começaram a ser exportadas para o hemisfério sul ao mesmo tempo em que eram severamente criticadas por educadoras e feministas no norte global, que defendiam que a oferta creches de qualidade para que as mulheres pudessem adentrar o mercado de trabalho seriam mais eficazes (FONSECA, 2012, p. 260).

Assim, da mesma forma que haveria uma hierarquia de classes para a educação infantil no Brasil (creches para a classe alta, educação a domicílio para os pobres), existiria uma diferença lógica de políticas de educação infantil para os países mais e menos desenvolvidos... Para os primeiros, investimentos pesados para assegurar creches e pré-escolas de qualidade. Para os segundos, com a orientação entusiástica de organizações internacionais (UNESCO, UNICEF, Banco Mundial), programas “não-formais”, “alternativos” e “não-institucionais” com alta instabilidade e poucos recursos públicos, usando equipamentos e materiais disponíveis “na comunidade” - programas que estimulam a permanência junto à mãe como ideal de cuidado (Rosemberg, 2002; Rossetti-Ferreira, Ramon e Silva, 2002; Freitas e Shelton 2005, Campos e Campos, 2009) (FONSECA, 2012, p. 268-269).

Cabe destacar que em 2019 em Rio Tinto, apenas 32,3% das crianças de 0 a 3 anos estavam matriculadas em creches, percentual abaixo mas bastante próximo da média nacional no mesmo ano, 35,6% (PRIMEIRA..., [201-]). Também não havia transporte para as crianças das áreas rurais da cidade acessarem os equipamentos. O critério de matrícula em creche como eliminador da possibilidade de manter ou vincular uma família ao programa na cidade, algo que não consta entre as regras oficiais do PCF, nos leva a crer que o Criança Feliz esteja funcionando como uma compensação às famílias que não conseguem acesso à educação infantil formal para seus filhos.

Ademais, foi possível perceber que o significado de infância propagado tem base numa criança universal, determinada pelo pertencimento a uma faixa etária e por um desenvolvimento que é medido por tabelas e critérios específicos que definem quais reflexos e habilidades motoras uma criança deve ter em determinada idade, deslocando-se dos significados que ela pode adquirir em diferentes contextos culturais, sociais e políticos. Apesar de boa parte das famílias entre as quais pude acompanhar visitas pertencerem a territórios indígenas e áreas rurais, não havia um diálogo entre a equipe ou entre equipe e as famílias sobre possíveis especificidades que esses contextos poderiam trazer à experiência de ser criança.

Schuch e Fonseca (2009), ao analisar políticas de proteção à infância, apontam que

“Em um contexto que enfatiza a “universalização da infância”, mas não a universalização das condições de acesso aos direitos à infância, proliferam-se classificações que culpabilizam os cuidadores - dos pais ou mesmo dos agentes de intervenção - isto é, daquelas pessoas percebidas como fracassadas na promoção da proteção à infância. [...] temos uma individualização das questões, que se expressa ora na elaboração de práticas acusatórias em relação às famílias, ora na construção de soluções absolutamente pessoalizadas. (p. 15-16)

Desta forma, ao mesmo tempo que o Estado responsabiliza e culpabiliza as famílias ao convocá-las a dar conta de tarefas que não são exclusivamente suas (ARCOVERDE, ALCANTARA, BEZERRA, 2019), se auto desresponsabiliza de sua função de ofertar políticas universais de acesso à educação pública com creches e pré-escolas de qualidade e oportunidades de trabalho para as mulheres-mães, utilizando metodologias formuladas por especialistas das áreas econômicas e médicas para elaborar programas de educação alternativa

focalizadas nas famílias pobres e na primeira infância, com custo bem inferior ao que teria se optasse pela expansão das políticas já em funcionamento (FONSECA, 2012).

O Programa Criança Feliz recebeu duras críticas desde o seu lançamento, para além das questões metodológicas e teóricas, por ser subfinanciado e por não contar com segurança jurídica que garanta sua continuidade. O Conselho Nacional dos Municípios (CNM) e o Conselho Federal de Serviço Social apontam na mesma direção quanto ao subfinanciamento do Criança Feliz aliado ao desmonte do SUAS. As entidades especulam que os R\$ 471 milhões que haviam sido cortados do orçamento de consolidação do SUAS na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2017, precarizando ainda mais os serviços socioassistenciais, foram remanejados para financiar o novo programa federal, que contou com o orçamento de R\$ 328 milhões no primeiro ano, valor muito inferior ao que havia sido anunciado em entrevistas dadas por Terra e Temer: 1 bilhão. (CFESS, 2017; CNM, 2017)

O relatório de impacto lançado pela CNM em 2017 afirmou que esse recurso não seria suficiente para arcar com a folha de pagamento do programa, segundo as estimativas da entidade, ademais previa apenas 12 repasses anuais, impossibilitando o pagamento do 13º salário das equipes. O fato de não ser previsto nenhum orçamento para o custeio de sua operacionalização (motorista, carro, material de escritório, internet, telefone, água, capacitação de pessoal etc.), obrigava os municípios que aderiram ao PCF a fazer um alto investimento para dar conta das demandas que um programa desse porte traz, sem a possibilidade de contar com cofinanciamento estadual. A CNM receava que os valores fossem congelados, como havia acontecido com os serviços socioassistenciais oferecidos pelos CRAS.

O CFESS, para além das questões orçamentárias, disse que “O Criança Feliz é exógeno ao SUAS, ao SUS, à educação infantil e deslocado de todas as demais políticas e direitos sociais” (CFESS, 2017) e que sobrecarregaria os profissionais dos CRAS e priorizaria o “terceiro setor” por colocar a contratação de visitadoras sob responsabilidade de “entidades sociais”, favorecendo a possibilidade da precarização desses trabalhadores. Denunciou também, em uma nota lançada poucos dias após o lançamento do programa, que o PCF era um retorno ao conservadorismo, à filantropia, uma promoção da desprofissionalização das políticas públicas e do reforço ao “papel tradicional da mulher em uma sociedade patriarcal”, enquanto aquela que, por “instinto”, deve ser responsável pelo cuidado da família, das crianças e da casa (CFESS, 2016).

Para Sposati, o programa buscou fazer o que as políticas públicas e programas instituídos já faziam, mas sem o conhecimento técnico que os profissionais da saúde, da assistência social e da educação detêm, realizando inclusive visitas domiciliares, como é o

caso do Estratégia Saúde da Família, além de fragmentar a definição de infância do ECA ao selecionar uma faixa etária específica de crianças para serem atendidas e mesmo assim não conseguir cobrir todo o público-alvo (2017, p. 533).

Não foi nosso objetivo atacar o trabalho que as profissionais desenvolviam no PCF e muito menos desconsiderar a importância do investimento público voltado à primeira infância, mas analisar como as fragilidades que aponteí durante a análise moldaram localmente as ações do PCF e tornaram o programa insuficiente para mitigar a desigualdade que afeta as famílias de baixa renda.

Entre pesquisadoras que se dedicam ao estudo do desenvolvimento infantil

é possível falar de “consenso” quanto a princípios básicos do desenvolvimento infantil: crianças tendem a se desenvolver melhor em ambientes seguros onde podem interagir com outras crianças e adultos carinhosos; a extrema pobreza, via de regra, não faz bem à saúde e pode dificultar a aprendizagem de comportamentos sociais e capacidades emocionais adequados a certos papéis adultos. (FONSECA, 2019, p. 07)

Entretanto, o caráter conservador da frágil metodologia aplicada pelo programa, perpassada por uma série de pressupostos e moralidades a respeito do público a que se destina, nos faz compartilhar o entendimento de que o PCF é um retrocesso no que tange à seguridade social dos sujeitos que busca atender (SPOSATI, 2017; CAMPOS, 2020; ARCOVERDE, ALCANTARA, BEZERRA, 2019; CFESS, 2017; 2016). O próprio nome do programa, Criança Feliz, anuncia nas entrelinhas que busca pretensiosamente levar a felicidade, por decreto, às crianças que são consideradas, *a priori*, infelizes (SPOSATI, 2017, p. 543).

REFERÊNCIAS

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito; ALCANTARA, Elisa Celine de; BEZERRA, Josinete de Carvalho. A Responsabilização da família na cena contemporânea: particularizando o Programa Criança Feliz. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 44, p. 181-195, jul./dez. 2019. Disponível em:

<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/45221>. Acesso em: 25 fev. 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional nº 128, de 22 de setembro de 2022. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, 2023. Disponível em:

<https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL, Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 19, de 24 de novembro de 2016. Institui o Programa Primeira Infância no Sistema Único de Assistência Social - SUAS. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 24 nov. 2016c. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/resolucao-no-19-de-24-de-novembro-de-2016/>. Acesso em: 01 fev. 2022.

BRASIL. Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016. Institui o Programa Criança Feliz. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 5 out. 2016b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8869.htm. Acesso em: 16 jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código de Processo Penal, a Consolidação das Leis do Trabalho, a Lei no 11.770 e a Lei no 12.662. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 8 mar. 2016a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm. Acesso em: 16 jun. 2019.

BRASIL. **Medida Provisória no 870, de 1º de janeiro de 2019**. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm>. Acesso em: 16 jun. 2019.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social. **Criança Feliz**: guia para visita domiciliar. 2. ed. Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano, 2017. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/crianca_feliz/Guia%20para%20Visita%20Domiciliar%20-%20Programa%20Crian%C3%A7a%20Feliz%20-%202021-06-2017.pdf. Acesso em: 10 jun. 2018.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social. Portaria no 2.496, de 17 de setembro de 2018. Dispõe sobre o financiamento federal das ações do Programa Criança Feliz/ Primeira Infância no SUAS, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 17 set. 2018. Disponível em:

http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/4122784. Acesso em: 16 jun. 2019.

BRASIL. Portaria nº 1.217, de 1º de julho de 2019. Dispõe sobre o público prioritário do Programa Criança Feliz. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1 jul. 2019. Disponível em:

<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-1.217-de-1-de-julho-de-2019-185275628>. Acesso em: 20 mar. 2020.

CAMPOS, Rosânia. Programa Criança Feliz: um salto histórico para o passado. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, p. 1-22, 2020. Disponível em:

<https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/15445>. Acesso em: 17 jan. 2023.

CASTILHO, Sérgio Ricardo Rodrigues; LIMA, Antonio Carlos de Souza; TEIXEIRA, Carla Costa. Introdução. In: CASTILHO, Sérgio Ricardo Rodrigues; LIMA, Antonio Carlos de Souza; TEIXEIRA, Carla Costa (org.). **Antropologia das práticas de poder**: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações. Rio de Janeiro: Contra Capa, Faperj, 2014. p. 7-32.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

COHN, Amélia. As políticas de abate social no Brasil contemporâneo. **Lua nova**: revista de cultura e política, [S.l], n. 109, p. 129-160, jan./abr. 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ln/a/Y3jzjrjsLPLS9QfRhnc3kvG/?lang=pt>. Acesso em: 15 jul. 2020.

CRIANÇA Feliz: estudo da CNM aponta graves problemas no novo programa do governo.

Portal da Confederação Nacional dos Municípios, Brasília, 16 mar. 2017. Disponível em:

<https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/crianca-feliz-estudo-da-cnm-aponta-graves-problemas-no-novo-programa-do-governo>. Acesso em: 13 abr. 2020.

CRIANÇA Feliz. **Portal do Ministério do Desenvolvimento Social**, Brasília, [201-].

Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/crianca-feliz>. Acesso em: 06 jul. 2018.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Tradução de M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

DAL'IGNA, Maria Cláudia; KLEIN, Carin; MEYER, Dagmar Estermann. Mulher-mãe responsável: competências para educar filhos(as) saudáveis. In: BRITES, Jurema Gorski; SCHABBACH, Leticia (org.). **Políticas para família, gênero e geração**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. cap. 3, p. 56-76.

ENGLE, P.; LUCAS, J. E. **Cuidados para o Desenvolvimento da Criança (CDC)**: Manual de orientação às famílias. Tradução Instituto Alfa e Beto. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, 2012. Disponível em: 10 fev. 2020.

FLEISCHER, Soraya. Cenas de microcefalia, de cuidado, de antropologia (Recife, setembro de 2017). **cadernos de campo** (São Paulo - 1991), São Paulo, v. 27, n. 1, p. 118-131. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/143628>. Acesso em: 07 set. 2019.

FONSECA, Claudia. Tecnologias globais de moralidade materna: as interseções entre ciências e política em programas “alternativos” de educação para a primeira infância. *In*: FONSECA, Claudia; ROHDEN, Fabíola; MACHADO, Paula Sandrine (org.). **Ciências na vida: Antropologia da ciência em perspectiva**. São Paulo: Terceiro Nome, 2012. p. 253-176.

FONSECA, Claudia. Aventuras familiares: do acolhimento à adoção. *In*: FONSECA, Claudia; SCHUCH, Patrice (org.). **Políticas de proteção à infância: um olhar antropológico**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 273-294. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/255342/000700952.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 nov. 2022.

FONSECA, Claudia; MACHADO, Helena. Apresentação. *In*: FONSECA, Claudia; MACHADO, Helena (org.). **Ciência, identificação e tecnologias de governo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2015. p. 9-18. Disponível em: https://www.ufrgs.br/cegov/publicacao/v/124?n=Ci%C3%A7%C3%A2ncia%2C_Identifica%C3%A7%C3%A3o_e_Tecnologias_de_Governo. Acesso em: 10 maio 2019.

FONSECA, Claudia; SCALCO, Lúcia. A biografia dos documentos: uma antropologia das tecnologias de identificação. *In*: FONSECA, Claudia; MACHADO, Helena (Orgs.). **Ciência, identificação e tecnologias de governo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2015. p. 20-37. Disponível em: https://www.ufrgs.br/cegov/publicacao/v/124?n=Ci%C3%A7%C3%A2ncia%2C_Identifica%C3%A7%C3%A3o_e_Tecnologias_de_Governo. Acesso em: 10 maio 2019.

FONSECA, Claudia. Crianças, seus cérebros... e além: reflexões sobre uma ética feminista de pesquisa. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 2, p. 01–14. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/1806-9584-2019v27n256169>. Acesso em: 16 fev. 2021.

FONSECA, C. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 50-59, maio/ago. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/WGpvJkq4tm4wmZJbGcMkHGg/?lang=pt>. Acesso em: 16 jun. 2019.

FOUCAULT, Michel. Governamentalidade. *In*: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 277- 293.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 474 p.

GOVERNO lança Programa Criança Feliz. [S.l.: s.n.], 2017. 1 vídeo (56 min e 39 seg). Publicado pelo canal TV BrasilGov. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lcgrNYHno8&t=1555s>. Acesso em: 05 abr. 2023.

GOVERNO reduz orçamento da Assistência Social para criar Programa Criança Feliz. **Portal da Confederação Nacional dos Municípios**, Brasília, 03 ago. 2017. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/governo-reduz-orcamento-da-assistencia-social-para-criar-programa-crianca-feliz>. Acesso em: 13 abr. 2020.

HIRATA, Helena. 2014. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73. 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84979>. Acesso em: 13 maio 2021.

IBGE. Panorama, Rio Tinto. 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/rio-tinto/panorama>. Acesso em: 25 maio 2023.

IMPASSE do governo com o Congresso pode afetar pagamento do Bolsa Família. **Correio Braziliense**, Brasília/DF, 17 maio 2019. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/05/17/interna_politica.755501/impasse-do-governo-com-o-congresso-pode-afetar-pagamento-bolsa-familia.shtml. Acesso em: 25 maio 2019.

INSTITUTO Alfa e Beto. **Ministro Osmar Terra encerra 1º ciclo de capacitação do Programa Criança Feliz**. 2017. Disponível em: <https://www.alfaebeto.org.br/ministro-osmar-terra-encerra-1o-ciclo-de-capacitacao-do-programa-crianca-feliz/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

KLEIN, Carin. **Biopolíticas de inclusão social e produção de maternidades e paternidades para uma “infância melhor”**. 246 f. Tese (Doutorado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/27048/000763049.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 mar. 2019.

LIMA, Antonio Carlos de Souza; MACEDO E CASTRO, João Paulo. Notas para uma abordagem antropológica da(s) política(s) pública(s). **Revista Antropológicas**, ano 19, v. 26, n. 2, p. 17-54, 2015.

MARCELA Temer almoça com primeiras-damas em prol do Criança Feliz. **Revista Voto**, [S/l], 09 fev. 2017. Disponível em: <https://www.revistavoto.com.br/marcela-temer-almoca-com-primeiras-damas-em-prol-do-crianca-feliz/>. Acesso em: 10 fev. 2023.

MEYER, Dagmar E. Estermann. Uma politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento. **Revista Gênero**, Niterói, v. 6, n. 1, p. 81-104. 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31010>. Acesso em: 13 mar. 2018.

NETTO, Olympio de Sá Sotto Maior. Prefácio. In: Murillo José Digiacomo e Ildeara Amorim Digiacomo. **Estatuto da criança e do adolescente anotado e interpretado**. 8. ed. Curitiba: Ministério Público do Estado do Paraná; Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Criança e do Adolescente, 2020. vi, 695p. Disponível em: [https://www.mpam.mp.br/attachments/article/13921/ECA%20COMENTADO-%2030%20ANOS%20-%20MPPR%20-%20CAOP%202021-01-24%2016_26_39%20\(1\).pdf](https://www.mpam.mp.br/attachments/article/13921/ECA%20COMENTADO-%2030%20ANOS%20-%20MPPR%20-%20CAOP%202021-01-24%2016_26_39%20(1).pdf). Acesso em: 28 abr. 2023.

NASCIMENTO, Pedro; LIMA, Márcia. “O Bolsa Família tem ajudado muito a gente”: usos das condicionalidades da saúde no Programa Bolsa Família. In: Ednalva Maciel Neves; Marcia Reis Longhi; Mônica Franch (org.). **Antropologia da Saúde: ensaios em políticas da vida e cidadania**. Brasília/João Pessoa: ABA Publicações, 2018. cap. 5, p. 101-128. Disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/aba/publicacoes/publicacao-000116>. Acesso em: 20 fev. 2019.

NASCIMENTO, Pedro; LUNKES, Amanda. Futuro sem presente – Notas etnográficas sobre o Programa Criança Feliz no interior da Paraíba. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 47, n. 2, p. 263-286. maio/ago. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/aa.9727>. Acesso em: 25 ago. 2022.

NASCIMENTO, Pedro; LUNKES, Amanda. Saúde, cuidado e vínculo familiar: apontamentos iniciais sobre o programa Criança Feliz em Rio Tinto/Paraíba, Nordeste do Brasil. *In*: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 13., 2019, Porto Alegre, 22-25 jun. **Anais eletrônicos da XIII Reunião de Antropologia do Mercosul**. SEGATA, Jean; VICTORA, Ceres Gomes. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UFRGS, 2019. 300 p.

NASCIMENTO, Pedro; MELO, Ariana Cavalcante. “Esse povo não está nem aí”: as mulheres, os pobres e os sentidos da reprodução em serviços de atenção básica à saúde em Maceió/Alagoas. *In*: J.FERREIRA, S.; FLEISCHER, S. (org.). **Etnografias em serviços de saúde**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014. p. 267-297.

O QUE é o PIM? **Site do Programa Primeira Infância Melhor**. Porto Alegre, RS, [200-?]. Disponível em: <https://www.pim.saude.rs.gov.br/site/o-pim/o-que-e/>. Acesso em: 03 ago. 2019.

ONU Mulheres contratará Consultoria Nacional para Elaboração de Material de Capacitação para o Programa Criança Feliz na área de cuidado; inscrições até 28/8, [S. l.], 17 ago. 2020. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-mulheres-contratara-consultoria-nacional-para-e-laboracao-de-material-de-capacitacao-para-o-programa-crianca-feliz-inscricoes-ate-28-8/>. Acesso em: 05 jun. 2022.

OSMAR Terra, a opção pelo desenvolvimento humano para reduzir a desigualdade. **UOL Economia**, Brasília, 9 jan. 2018. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/pr-newswire/2018/03/07/osmar-terra-a-opcao-pelo-desenvolvimento-humano-para-reduzir-a-desigualdade.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 16 jun. 2019.

OSMAR Terra. **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil** (CPDOC) - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-biografico/terra-osmar>. Acesso em: 14 jun. 2019.

OSMAR Terra Biografia. **Site da Câmara dos Deputados**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/73692/biografia>. Acesso em: 25 abr. 2023.

PALITOT, E. M. Os Potiguara da Baía da Traição e Monte-Mór: história, etnicidade e cultura. 2005. 270 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba / Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/14651?locale=pt_BR. Acesso em: 23 maio 2023.

PESSOAS e famílias inscritas no Cadastro Único - quantidade total e por faixa de renda per

capita. VIS Data. Ministério do Desenvolvimento e assistência social, família e combate à fome. Secretaria de avaliação, gestão da informação e cadastro único. 2023. Disponível em: <https://tinyurl.com/mry63sjc>. Acesso em 26 maio 2023.

PLANEJANDO a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional da Educação. Ministério da Educação / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (MEC/SASE). 2014. 63p.

POR QUE dizer não ao Programa Criança Feliz. **Nota pública do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)**, Brasília, 7 mar. 2017. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2017-NotaPublicaCFESS-NaoAoProgramaCriancaFeliz.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2019.

PRIMEIRA Infância Primeiro. Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. Rio Tinto/PB. [S.l], [201-]. Disponível em: <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/rio-tinto-pb/>. Acesso em: 10 fev. 2022.

PRIMEIRO-DAMISMO, voluntariado e a felicidade da burguesia brasileira. **Nota pública do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)**, Brasília, 07 out. 2016. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1301>. Acesso em: 15 jun. 2019.

QUEIJO, Diego. Criança Feliz vence prêmio Internacional WISE Awards 2019. **Portal do Ministério da Cidadania**, Brasília, 04 set. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/desenvolvimento-social/noticias-desenvolvimento-social/crianca-feliz-vence-premio-internacional-wise-awards-2019>. Acesso em: 05 set. 2019.

RELATÓRIO de programas e ações. Relatório de Informações - RI v.4. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. 2023. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/>. Acesso em: 26 maio 2023.

SOUSA, M. do S. Representações sociais do adoecimento e da cura em usuários do SUS - Rio Tinto - PB. 2013. 243f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2013. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/27765>. Acesso em: 23 maio 2023.

RAMOS, Mariana Franco. Conheça a trajetória do chefe do gabinete paralelo, o ex-comunista Osmar Terra. **De olho nos ruralistas**: observatório do agronegócio no Brasil. [S.l], 01 set. 2021. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2021/07/01/conheca-a-trajetoria-do-chefe-do-gabinete-paralelo-o-ex-comunista-osmar-terra/>. Acesso em: 20 maio 2023.

SANTANA, Camila de Paula Xavier. **O Marco Legal da Primeira Infância (Lei N° 13.257/2016) e a educação infantil no Brasil**: ampliação de direitos ou desvalorização da área?. 151p. Dissertação (Mestrado em Educação) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1254470>. Acesso em: 10 fev. 2023.

SCHUCH, Patrice; FONSECA, Claudia. Introdução. In: FONSECA, Claudia; SCHUCH, Patrice (org.). **Políticas de proteção à infância**: um olhar antropológico. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 9-20. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/255342/000700952.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 23 nov. 2022.

SCOTT, Russel Parry. As famílias que os programas de saúde constroem no Brasil. In: NASCIMENTO, Pedro; RIOS, Luís Felipe (org.) **Gênero, Saúde e Práticas profissionais**. Recife, Editora da UFPE, 2011. p. 13-50.

SOBRE a frente. **Site da Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância**. Brasília, [20--]. Disponível em: <https://frentedaprimeirainfancia.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 12 mar. 2019.

SPOSATI, Aldaíza. A transitoriedade da felicidade da criança brasileira. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 130, p. 526-546, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/Smtp6TKG4qhNwz4P6KkLpBd/?lang=pt>. Acesso em: 02 maio 2020.

VAMOS buscar o máximo de adesões para o Criança Feliz, diz Marcela Temer. **UOL Notícias**, Brasília, 09 fev. 2017. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2017/02/09/vamos-buscar-o-maximo-de-adesoes-para-o-crianca-feliz-diz-marcela-temer.htm>. Acesso em: 07 mar. 2023.

VIEIRA, Inacio. Michel Temer diz que impeachment aconteceu porque Dilma rejeitou “Ponte para o futuro”. **The Intercept**, [S.l.], 22 set. 2016. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2016/09/22/michel-temer-diz-que-impeachment-aconteceu-porque-dilma-rejeitou-ponte-para-o-futuro/>. Acesso em: 03 jan. 2023.

XAXÁ, Yago Giovanne Oliveira Ono. **Biopolíticas e Bolsa Família**: um experimento etnográfico na cidade de Rio Tinto, Paraíba. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Antropologia) — Departamento de Ciências Sociais, Centro de Ciências Aplicadas e Educação, Universidade Federal da Paraíba, Rio Tinto, 2017.